



FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA
BOM SUCESSO
CUIDAMOS HOJE DO AMANHÃ

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2023



	Pág.
ÍNDICE.....	1
INTRODUÇÃO.....	3
I. O CONTEXTO DO CICLO ESTRATÉGICO 2020-2025 E SEU PROPÓSITO.....	4
II. O ANO DE 2023 NO CONTEXTO DO 2º CICLO DO PLANO ESTRATÉGICO.....	11
1. O ANO DE 2023.....	12
1.1. A CAMPANHA PRIMEIROS ANOS. A NOSSA PRIORIDADE.....	14
1.2. O CRESCIMENTO DE UMA ATIVIDADE DE SAÚDE FOCADA NA PREVENÇÃO, EM EQUILÍBRIO ECONÓMICO – FINANCEIRO.....	16
1.3. A URGÊNCIA DE APOIAR AS CRIANÇAS E JOVENS QUE PASSAM POR SITUAÇÕES DE ACOLHIMENTO.....	24
2. UMA CULTURA DE VALOR PARTILHADO E DE ORGANIZAÇÃO APRENDENTE.....	30
III. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	35
1. A ENVOLVENTE E A FUNDAÇÃO – A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE MACROECONÓMICO.....	36
2. A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO.....	38
2.1. ENQUADRAMENTO.....	38
2.2. O ANO DE 2023.....	39
2.2.1 RESULTADO LÍQUIDO E RESULTADO OPERACIONAL.....	39
2.2.2 O BALANÇO.....	45
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	48
3.1. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.....	48
3.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	48
3.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS.....	49
3.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	50
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.....	51
4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	71
ÓRGÃOS SOCIAIS.....	72

[Handwritten signature]



ANEXOS	74
ANEXO I – CONCLUSÕES DO 2º BIG MEETING DA CAMPANHA	75
ANEXO II – EXCERTO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA 2023	80
ANEXO III – COUNTRY PROFILE	86
ANEXO IV – CENÁRIO ESTRATÉGICO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2025	91
ÍNDICE DE FIGURAS	
FIGURA 1 - RETORNO DE UM DÓLAR INVESTIDO, SEGUNDO A IDADE, TENDO EM CONTA O PERÍODO PRÉ-NATAL	6
FIGURA 2 - DIMENSÕES DO DESAFIO INSERTO NO PLANO ESTRATÉGICO 2020-2025	10
FIGURA 3 - CRONOGRAMA INDICATIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO 2020-2025 - ETAPAS 2 E 3	12
FIGURA 4 - MODELO DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO, DETERMINANTES E RESULTADOS	17
FIGURA 5 - ESQUEMA DO MODELO DE VIGILÂNCIA DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO (CRIANÇAS E JOVENS)	19
FIGURA 6 - MAPA ESTRATÉGICO 2020-2025	34
ÍNDICE DE QUADROS	
QUADRO I – COMPONENTES DA PROCURA INTERNA (VOLUME) – 2019-2023 TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL, %	36
QUADRO II – DESPESAS DE CONSUMO FINAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES (VOLUME) – 2019-2023 TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL, %	37
QUADRO III – DESPESAS DE CONSUMO FINAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES (VOLUME) – 2022-2023 TAXA DE VARIAÇÃO EM CADEIA, %	37
QUADRO IV – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022	48
QUADRO V – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	48
QUADRO VI – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	49
QUADRO VII – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	50
ÍNDICE DE GRÁFICOS	
GRÁFICO Nº 1 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CONSULTAS POR SEGMENTO DE IDADE-2023	18
GRÁFICO Nº 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS RASTREIOS 2023 POR PROGRAMA	20
GRÁFICO Nº 3 - PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE CONSULTAS EM 2019	20
GRÁFICO Nº 4 - PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE CONSULTAS EM 2023	21
GRÁFICO Nº 5 - DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS/JOVENS POR CASA DE ACOLHIMENTO	25
GRÁFICO Nº 6 - DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS/JOVENS POR CASA E GRUPO ETÁRIO	26
GRÁFICO Nº 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS CONSULTAS A CRIANÇAS/JOVENS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO, POR ESPECIALIDADE E TIPO DE CONSULTA	27
GRÁFICO Nº 8 - DISTRIBUIÇÃO DAS CONSULTAS DE RASTREIO POR PROGRAMAS DE SAÚDE (PADRÃO DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO)	28
GRÁFICO Nº 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO E PROCURA INTERNA (VOLUME)- 1973-2023, TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL, %	36
GRÁFICO Nº 10 - RESULTADOS LÍQUIDOS (2001 – 2023)	40
GRÁFICO Nº 11 - RENDAS COBRADAS (2011 – 2023)	41
GRÁFICO Nº 12 - ESTRUTURA DA RECEITA TOTAL (2019 – 2023)	43
GRÁFICO Nº 13 - EVOLUÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES (2013 – 2023)	44
GRÁFICO Nº 14 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE CUSTOS TOTAIS (2019-2023)	45



A Cuidar Hoje do Amanhã há 73 anos, a Fundação assumiu o desafio de colaborar na dinamização em Portugal de um ecossistema promotor de uma sociedade mais saudável e sustentável.

A promoção da saúde e o investimento estratégico nos primeiros anos de vida são os desígnios orientadores da Fundação, em torno dos quais urge criar uma coligação de entidades forte que contagie positivamente toda a sociedade e mobilize para a ação transformadora.

2023 conclui o segundo biénio do Plano Estratégico 2025, que decorreu num contexto de incerteza económica e assinaláveis desafios, nomeadamente, de transição digital e energética.

Em torno da Fundação agrupam-se a esta data mais de 40 entidades e 2500 organizações, fruto do caminho percorrido nestes últimos quatro anos mas há ainda muitos passos a dar... para que a aposta na gestação e nos primeiros anos de vida, pelos efeitos que proporciona na saúde ao longo da vida e através de outros impactos sociais e económicos, seja uma afirmação de excelência do DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na sociedade portuguesa.

Solidariedade entre gerações e famílias, proporcionando a todas as crianças o início de vida que as ajudará a florescer e a singrar, no contexto de uma sociedade em que todos: Estado, mas também empresas e empregadores, assumam como sua essa mesma responsabilidade é o desafio que por ora persiste e no qual a Fundação se empenha de modo determinado. Deste modo continua viva a visão dos fundadores!



I – O Contexto do Ciclo Estratégico 2020-2025 e o seu Propósito



I - O CONTEXTO DO CICLO ESTRATÉGICO 2020-2025 E O SEU PROPÓSITO

No período até 2025, a Fundação assume o desafio estratégico de colaborar na dinamização, em Portugal, de um ecossistema promotor de uma sociedade saudável e sustentável, pela aposta no investimento nos primeiros anos de vida e na promoção da saúde.

A realidade patente no país, no que respeita ao bem-estar das crianças, mas também o estudo realizado em 2018-2019 com a *School of Business & Economics* da Universidade Nova de Lisboa (NOVASBE) animam a Fundação a trilhar este caminho, interpretando o seu papel de promotora do Bem Geral – como Fundação que é – para além dos limites em que até aqui se continha e cujo desempenho, não obstante, manterá – o de protagonista de um modelo de saúde comunitária focado na saúde materno-infantil e na prevenção da doença. Com uma população residente em Portugal de quase 10,5 milhões de pessoas¹, 15,9% destas têm menos de 18 anos² e 4,1% têm até 5 anos³.

¹ INE, ano de referência 2022 (acedido em 30/01/2024)
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006031&contexto=bd&selTab=tab2

² Idem

³ Idem

No nosso país, 20,7% das crianças menores de 18 anos encontram-se em risco de pobreza ou exclusão social⁴.

Vários estudos documentam que, em Portugal, são necessárias pelo menos cinco gerações para que aqueles que nascem em famílias de baixos rendimentos se aproximem da média da sociedade.

A conjugação destes dois dados alerta-nos para a necessidade **urgente** de intervenção junto das novas gerações, nomeadamente pelo investimento em ambientes seguros, caracterizados pela qualidade das relações (com os pais e outros cuidadores) e em uma educação e saúde de qualidade.

Como sociedade, Portugal aparenta não ter ainda compreendido isto. Menos de metade das crianças⁵ portuguesas frequentam creches (sendo que isso não se deve ao facto de os pais ou as mães terem licenças parentais de 2 ou mais anos, como por exemplo, nos países nórdicos) e, das crianças abandonadas pelos pais ou retiradas às famílias de origem (pelo sistema de proteção), apenas 3,6%⁶ do total se encontram em famílias de acolhimento.

⁴ EUROSTAT, ano de referência 2022 (acedido em 30/01/2024)
https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/ilc_peps01n_custom_9573932/default/table?lang=en

⁵ Apenas 47,2% das crianças portuguesas até aos 3 anos frequentam creches – Fonte: EUROSTAT, ano de referência 2022, (acedido em 30/01/2024)
<https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tps00185/default/table?lang=en>

⁶ Instituto da Segurança Social, I.P., 2023. *CASA 2022 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*.



São factos que demonstram que, como sociedade e ao nível das políticas, ainda não tomámos as medidas necessárias para garantir o(s) ambiente e cuidadores de qualidade, necessários ao desenvolvimento infantil, nos primeiros anos de vida.

O estudo⁷ concluído em 2019 pela NOVASBE sob o patrocínio da Fundação traduziu-se numa revisão de literatura que, partindo de 250 estudos realizados desde o ano de 2000, analisou detalhadamente 39 desses estudos, associados a projetos realizados na Europa e nos Estados Unidos.

O objetivo do estudo era, através de uma revisão de literatura ampla, reconhecer impactos de curto, médio e longo prazos, das intervenções realizadas no acompanhamento da gestação e na infância e que contassem com componentes de saúde.

Foram encontrados efeitos na saúde ao longo da vida, na participação e sucesso escolares e outros sociais (menores taxas de gravidez na adolescência e menores taxas de participação em atividades criminosas, por exemplo) e económicos (resultantes nomeadamente de menor desemprego, melhores rendimentos, menor apoio por subsídios sociais, etc...).

⁷ Gonçalves, J., Valadas, F. (2018). "Intervir na Infância: quais os resultados nos domínios da saúde, escolaridade, social e económico?", FNSBS, Lisboa.. Disponível em: https://fnsbs.pt/images/livros/intervir_na_infancia_resultados_em_saude_escolaridade_social_economia.pdf

Entre os efeitos na saúde ao longo da vida conta-se nomeadamente a menor incidência de doenças crónicas (facto que é significativo dado que estas doenças representam já hoje aproximadamente entre 70% e 80% da despesa pública de saúde)⁸.

É possível ainda concluir deste estudo que **intervir mais cedo é melhor** (os resultados ao longo da vida e nas várias vertentes são melhores quando a intervenção começa com o acompanhamento da gravidez) e **intervir nos vários estádios de desenvolvimento também é melhor** (do que uma intervenção apenas focada num só desses estádios).

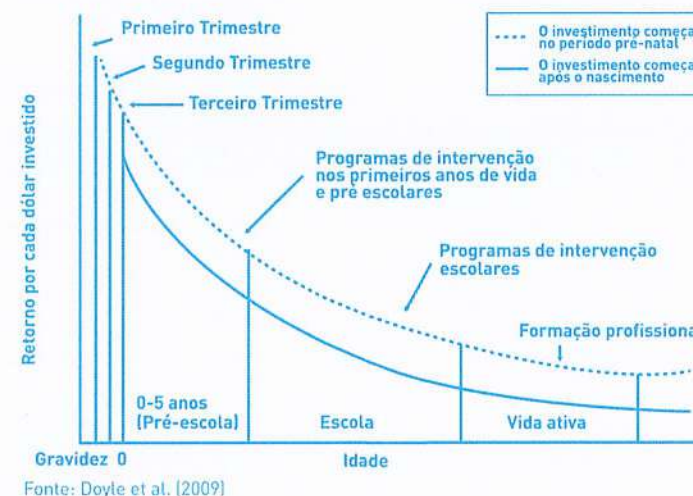


Figura 1 – Retorno de um dólar investido, segundo a idade, tendo em conta o período pré-natal

⁸ CHRODIS+, 2020. *Recommendations for intra- and inter-sectoral collaboration for health promotion and chronic disease prevention*. Brussels. Disponível em <http://chrodis.eu/wp-content/uploads/2021/01/chrodis-plus-d5.4-recommendations-for-intra-and-inter-sectoral-collaboration-1.pdf> (acedido em 30/01/2024)



E, consolidando-se o corpo de conceitos e de conhecimentos científicos em torno do que, o *Center on the Development Child da Harvard University*, denomina ser de primeira geração do ecossistema de investimento nos primeiros anos de vida (ECD.01), vem este, desde 2022, afirmar a necessidade de uma segunda geração deste ecossistema (ECD.02) colocando-se agora o foco: i) nos desafios da saúde ao longo da vida; ii) no desenvolvimento saudável; e iii) no estímulo à inovação e eficácia das respostas face às necessidades das crianças e famílias em diferentes contextos.

Deste modo a filosofia de atuação da Fundação e a Visão que esta ousa concretizar até 2025 surgem em total alinhamento com esta perspetiva. Na nova geração de políticas deverá ser colocada a ênfase na influência que a saúde e o desenvolvimento infantil têm na saúde ao longo da vida.

New Science for a New Era in Early Childhood Policy and Practice

ECD 1.0: Science of Early Brain Development in an Environment of Relationships

Impacts of “serve and return” interactions on developing brain architecture and building blocks of resilience.

Effects of toxic stress on brain circuits, with negative implications for early learning and social-emotional development.

Importance of enriched learning experiences to strengthen children’s readiness to succeed in school.

Focus on negative impacts of poverty, maltreatment, maternal depression, addictions, and violence.

Definition of “evidence-based” programs based on what works, on average.

Research on brain development has led to increased support for Pre-K at age 4.

ECD 2.0: Connecting the Brain to the Rest of the Body in a Broader Ecological Context

Impacts of conditions and experiences beyond caregiving that are built into many biological systems, as well as the brain.

Effects of a range of disruptions (e.g., toxic stress, chemical exposures, air pollution) on multiple developing systems, with negative implications for lifelong physical and mental health.

Importance of preventing or reducing effects of early adversities to promote physical and mental health across the lifespan.

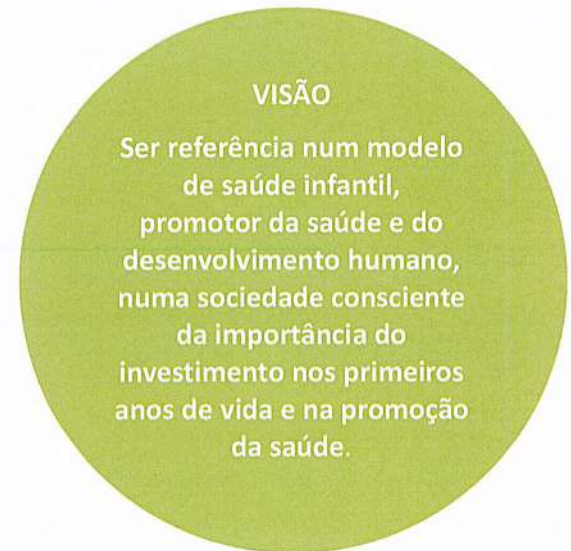
Expanded focus on structural inequities to include the cumulative threats and burdens of systemic racism.

Focus on Individual variation in sensitivity to the environment and on which interventions work for whom, why, and in what contexts.

Research on developing immune and metabolic systems calls for more attention to prenatal period and early infancy.

Center on the Developing Child  HARVARD UNIVERSITY

Fonte: [Re-Envisioning Early Childhood Policy and Practice in a World of Striking Inequality and Uncertainty](#) - Center on the Developing Child at Harvard University (acedido em 16/02/2024)



Handwritten signature



Sob o mote **DESPERTAR e INTERPELAR**, os anos 2020 e 2021 constituíram a primeira etapa deste ciclo estratégico de seis anos no qual, mantendo a dedicação a um modelo de saúde infantil acessível a todos (que se pretende de referência), a Fundação procura, para além dele:

- i) **Partilhar e disseminar** boas práticas e conhecimento, também o produzido por terceiros, no país e fora dele;
- ii) **Inovar**, no seu modelo de base comunitária (nomeadamente com recurso a novas tecnologias) e nas práticas colaborativas;
- iii) E, gerando e integrando dinâmicas de rede, **promover o ganho de consciência social** em Portugal sobre a importância do investimento nos primeiros anos de vida e na promoção da saúde.

Este acréscimo de consciência na sociedade portuguesa é condição de criação de um futuro sustentável e reveste-se de importância crítica para promover o reconhecimento da importância do modelo de saúde da Fundação e potenciar a sua capacidade inspiradora.

No essencial, podemos afirmar que esta primeira etapa (concretizada no período 2020-2021) cumpriu o seu principal desígnio - **DESPERTAR/INTERPELAR**.



Aproveitando um alinhamento de organizações internacionais em torno da iniciativa – aliança para o investimento estratégico na infância (que inclui uma *Child Guarantee* na União Europeia até 2027), a Fundação assumiu a liderança em Portugal da campanha **First Years First Priority**. E, neste contexto, promoveu a criação de uma forte coligação nacional constituída, em 2021, por 27 entidades (representando milhares de organizações em Portugal) que produziram propostas de ação, que apresentaram ao Governo e ao Presidente da República.

Com o Alto Patrocínio deste e o apoio público e compromisso da Ministra do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social, esta iniciativa teve a capacidade de colocar na agenda e preocupações políticas temas como: a Pobreza Infantil, as questões do acolhimento Institucional ‘versus’ Familiar e a necessidade de alargar e conferir orientação educativa à rede de creches (dirigidas a crianças menores de 3 anos).





A eclosão da pandemia da COVID 19 em Portugal em 2020 (muito marcante em toda a vida económica e social no ciclo 2020-2021) não retirou, no entanto, pertinência à Visão assumida pela Fundação para o ano de 2025. O forte impacto da campanha em 2021 e a criação, a nível europeu, de uma Garantia para a Infância, são factos que testemunham a urgência do investimento nos primeiros anos de vida.

E, não obstante os impactos negativos da pandemia em todas as atividades, certo é que a mesma proporcionou também oportunidades de inovação. No contexto da atividade da Fundação destacam-se neste âmbito e período:

- i) O arranque das soluções de teleconsulta e de teleaconselhamento;
- ii) O início da produção de vídeos e outros conteúdos digitais interativos já disponíveis no site da Fundação e na PEDIPEDIA (enciclopédia pediátrica *on-line*), visando a promoção da literacia para a saúde numa base digital;
- iii) Investimentos de *up-grade* no sistema de informação utilizado nos serviços de saúde visando, num futuro próximo: a adoção do processo clínico eletrónico, que permitirá uma maior integração de processos e dinâmicas de desmaterialização, proporcionando futuros ganhos na experiência e satisfação dos utentes/clientes.

Poderemos, pois, concluir que, não tendo o contexto pandémico enfraquecido a qualidade e força da Visão 2025 que orienta a atividade e desenvolvimento da Fundação, o mesmo proporcionou:

- a. Oportunidades nos eixos INFLUENCIAR e INOVAR previstos no desiderato estratégico (ver figura seguinte);
- b. Criou um terreno propício à abertura de um segundo ciclo (2022-2023) com o foco na produção e partilha de conhecimento;
- c. Tornou mais viva na sociedade a consciência das interações entre economia e saúde...e, também por esse motivo, pode ter aberto novas oportunidades na passagem do essencial da mensagem da Fundação.

“Uma boa saúde não é só importante em si mesma. Uma boa saúde também promove o bem-estar pessoal, social e económico. Pessoas saudáveis criam comunidades saudáveis e contribuem para uma sociedade sólida, próspera e mais produtiva.”

OECD (2019), *Health at a Glance 2019: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris, p. 40.



Figura 2 – Dimensões do desafio inserto no Plano Estratégico 2020-2025



II - O ANO DE 2023 NO contexto DO 2º CICLO DO PLANO ESTRATÉGICO



II - O ANO DE 2023 NO CONTEXTO DO 2º CICLO DO PLANO ESTRATÉGICO

1. O ANO DE 2023

Sob o mote **CONHECER/PARTILHAR** eram esperadas do biénio 2022-2023, de acordo com o traçado em 2019 para o Plano Estratégico, as seguintes realizações:

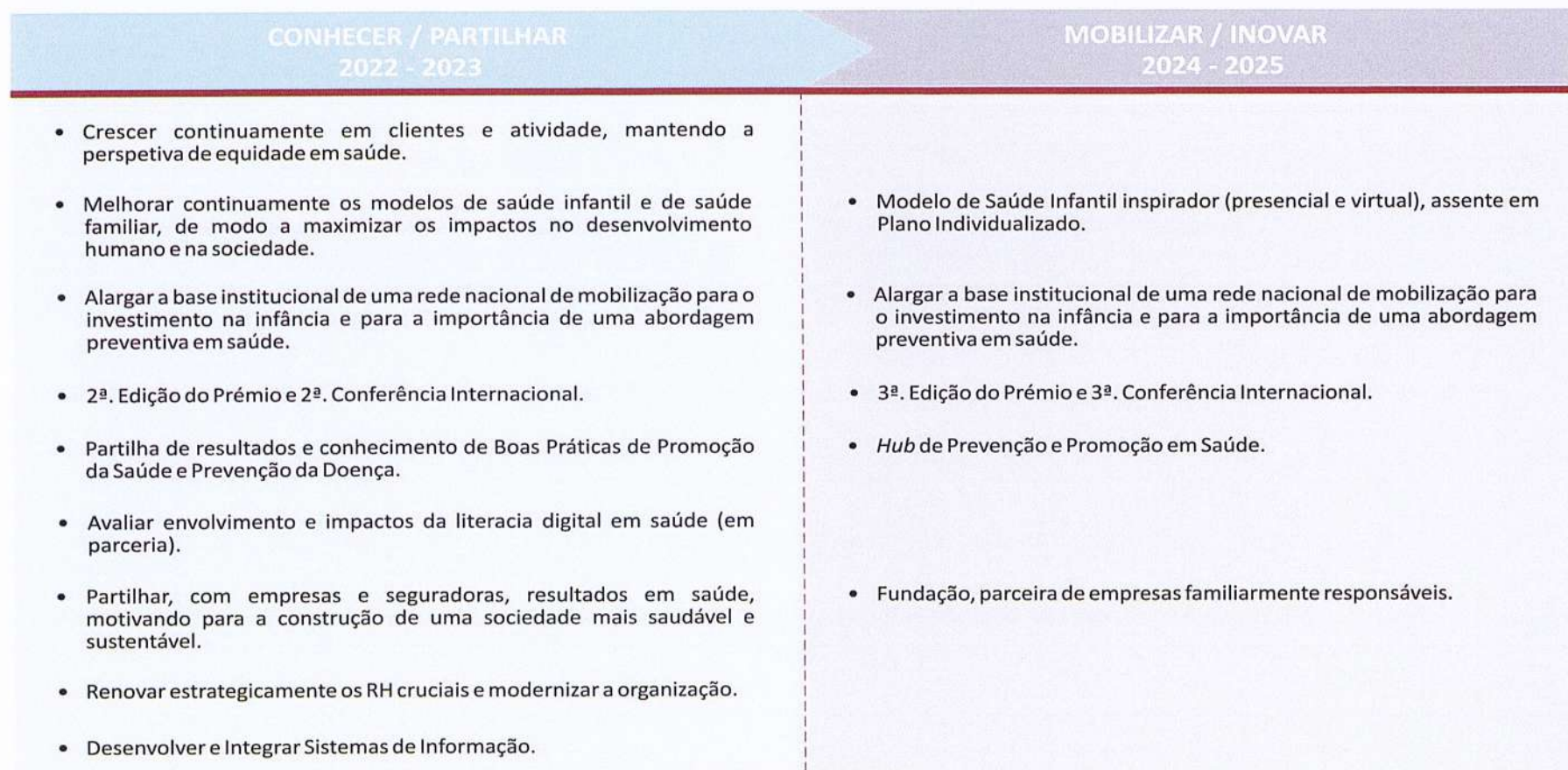


Figura 3 – Cronograma indicativo de desenvolvimento do Plano Estratégico 2020-2025 - Etapas 2 e 3



Apenas com exceção do lançamento da 2ª Edição do Prémio Desenvolvimento Infantil que se tinha equacionado em sede de Plano Estratégico como a ação âncora da vertente mobilizadora da sociedade portuguesa para o investimento nos primeiros anos de vida, todos os demais objetivos permaneceram válidos para esta nova etapa. Essa ação âncora, substituída em 2020 pela Campanha **Primeiros Anos a Nossa Prioridade** será presente, como veremos, em todo este segundo ciclo (biénio 2022-2023).

A maior dificuldade resultante deste *trade-off* (substituição do Prémio, previsto em sede de Plano Estratégico pela campanha) prende-se com a redução do seu impacto na estimulação de investigação. E esta é importante ser estimulada nomeadamente no âmbito dos estudos económico-financeiros e de impacto. Dos mesmos poderiam resultar contributos muito importantes para a motivação e evolução dos modelos económicos de empresas, seguradoras e Estado numa ótica favorável ao investimento em prevenção da doença (a que Portugal não dedica mais do que 3,2% da despesa de saúde⁹).

Mas vejamos com maior detalhe o percurso da citada campanha.



⁹ OECD (2023), "Health expenditure and financing: Health expenditure indicators", *OECD Health Statistics* (database), <https://doi.org/10.1787/data-00349-en> (acedido em 30/01/2024). Ano de referência 2021.



1.1. A CAMPANHA PRIMEIROS ANOS A NOSSA PRIORIDADE

De todos os objetivos traçados para este ciclo destacam-se, com efeito, no realizado as concretizações da campanha:

- i) Mais de 40 entidades aderentes (representando mais de 2.500 organizações), sendo que no ano de 2023 foram 8 as novas organizações que se associaram a esta “coligação poderosa” que pugna por dar reais oportunidades a todas as crianças;
- ii) Mais de 150 ações de formação/divulgação/disseminação de conhecimento sobre a importância dos primeiros anos de vida, sendo que no ano de 2023 foram realizadas 43 destes eventos;
- iii) A realização, bem-sucedida, do 2º Big Meeting promovido pela Fundação no auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian. Este evento consubstanciou um momento revelador de um forte alinhamento entre os compromissos políticos e o almejado pela campanha, com evidências do progresso feito pelo país nos últimos 2 anos (em linha com as conclusões e propostas saídas em setembro de 2021 do 1º Big Meeting). Mas também constituiu uma oportunidade de identificação de alguns desafios a que importa ainda responder e que são orientadores dos passos a dar no futuro próximo (vide conclusões e principais desafios no anexo I);

- iv) A realização de dois estudos de perceções (encomendados pela Fundação) junto da população portuguesa: a. pelo ISAVE- Instituto Superior de Saúde, com o patrocínio da Semapa e b. pelo ISPA- Instituto Superior de Psicologia Aplicada, com o patrocínio da Ticket Serviços. Estes estudos confirmam a necessidade de uma maior disseminação do conhecimento disponível sobre o desenvolvimento infantil, uma vez que apenas uma pequena parte da população sabe que os primeiros 1000 dias de vida correspondem ao período de maior desenvolvimento do cérebro humano;
- v) Alguma mediatização de informação/conhecimento sobretudo alicerçada nos estudos e em torno dos eventos e dos profissionais de saúde.



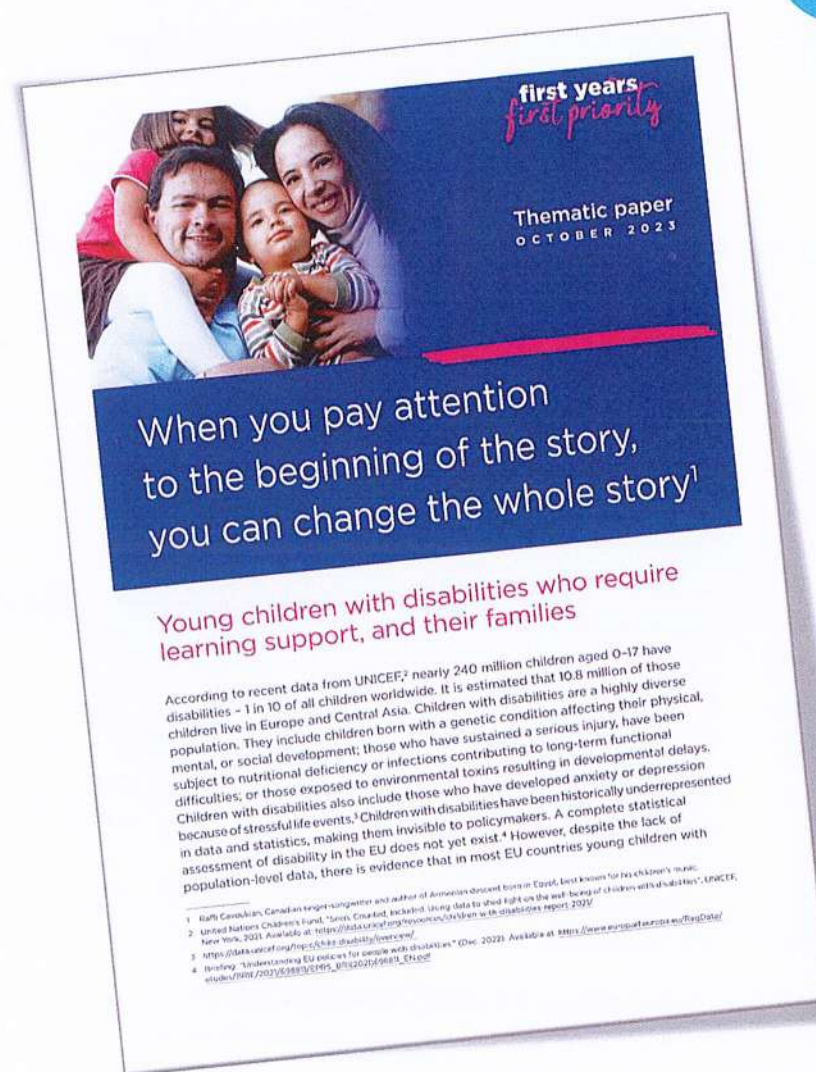


Importa, por fim, referir que parte do sucesso da campanha se deve ao facto de ela se inserir no âmbito de uma campanha mais vasta que envolve, ao cabo de 2023, 11 países europeus (Portugal, Espanha, França, Irlanda, Finlândia, Hungria, Servia, Roménia, Bulgária, Eslováquia e Itália). Trata-se da campanha First Years, First Priority¹⁰ que persegue a visão de pretender influenciar políticas e investimentos de modo a proporcionar a todas as crianças, da Europa, um ambiente protetor, saudável, seguro e estimulante.

Este facto permite acrescentar à dimensão do desafio nacional a mediatização de mensagens que são transversais aos desafios que se colocam a todos os países envolvidos. E entre estes destacou-se neste último ano, nomeadamente:

- 1º A prioridade de atenção a dar à Saúde Materna e à gestação como fator crítico de desenvolvimento;
- 2º A necessidade de priorizar, em condições de equidade, a atenção e recursos a dedicar às crianças portadoras de deficiência.

¹⁰ Esta campanha é uma iniciativa conjunta da EUROCHILD, INTERNATIONAL STEP BY STEP ASSOCIATION, EUROPEAN PUBLIC HEALTH ALLIANCE e ROMA EDUCATION FUND





1.2. O CRESCIMENTO DE UMA ATIVIDADE DE SAÚDE FOCADA NA PREVENÇÃO, EM EQUILÍBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Ao nível do acesso a cuidados de saúde de qualidade, Portugal apresenta algumas debilidades importantes:

- a) Um sistema dual e não focado na prevenção e no acesso em tempo. Apesar do acesso universal consagrado constitucionalmente e materializado no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), facto é que, para uma consulta de especialidade (só disponível no âmbito hospitalar), as listas de espera já são de meses ou anos, podendo comprometer e comprometendo mesmo a viabilidade de deteção e intervenção precoces, bem como a total recuperação, possível noutro cenário para muitas crianças. Quem tem acesso a seguros ou outros sub-sistemas (caso por exemplo da ADSE) tem a possibilidade de superar estas listas de espera e daí a dualidade referida, ou seja, regimes diferenciados de acesso no seio da sociedade portuguesa, deixando privada, de cuidados em tempo, a população de menores recursos.

- b) Mesmo no âmbito da oferta privada de saúde a prioridade da abordagem é o foco na doença e no seu tratamento, não havendo em regra rastreios programados para crianças que permitam a deteção precoce de desvios no processo de desenvolvimento e a sua estimulação/recuperação precoces.

Muitas vezes é perante os sinais de insucesso escolar que pais e educadores pedem esses rastreios, já finda a janela de maior oportunidade de intervenção.

- c) Um dos maiores níveis de pagamento direto de despesas de saúde (*out-of pocket*) por parte das famílias no espaço europeu – de 29%¹¹.

Por todos estes motivos, o modelo de saúde protagonizado pela Fundação desde 1951 mantém total pertinência como proposta de valor para a sociedade portuguesa. Contém um modelo de saúde infantil, a par de outros existentes a nível europeu (com traços potencialmente transferíveis para outros sistemas e contextos) e que está alinhado com uma Teoria da Mudança muito próxima da detetada no estudo promovido pela Fundação em 2018/2019, realizado pela NOVASBE e já anteriormente referido. Senão vejamos:

¹¹ Sob a designação de Out-of-Pocket – Fonte: OECD (2023). *Health at a Glance: OECD Indicators*. OECD Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/7a7afb35-en>.

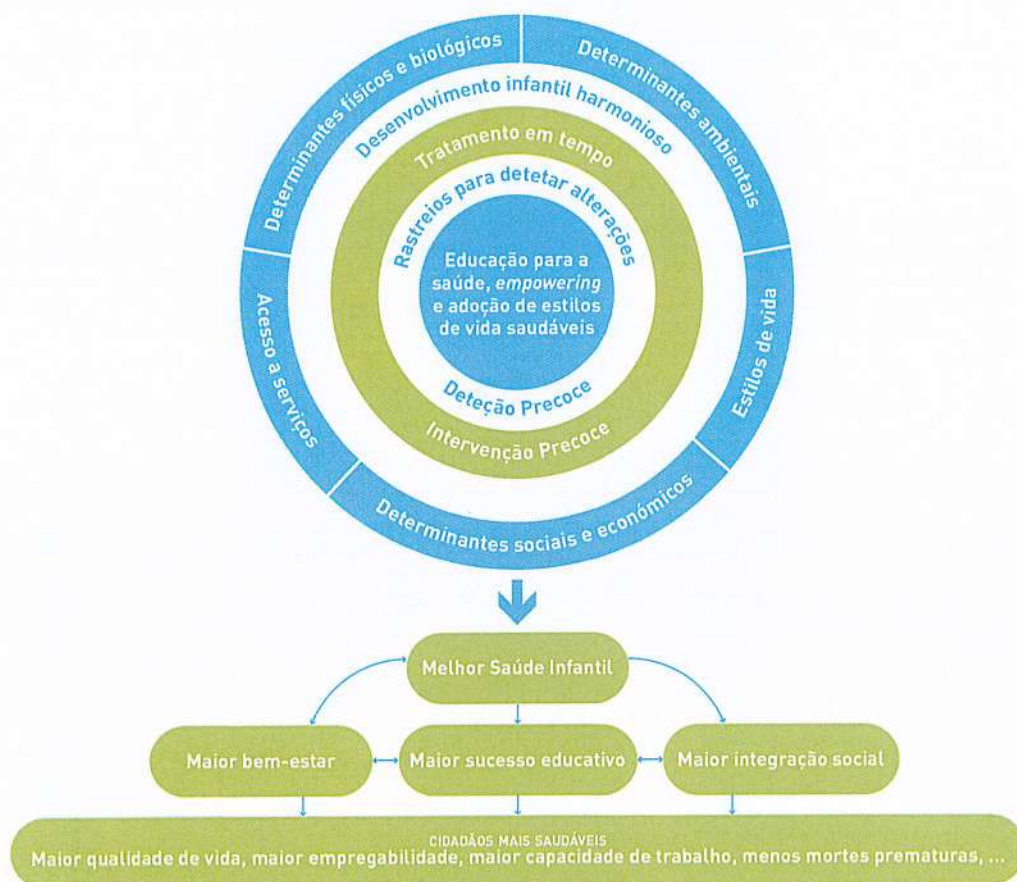


Figura 4 - Modelo de saúde da Fundação, determinantes e resultados

¹² O Estudo para a dissertação de Mestrado em Promoção da Saúde da autoria da higienista Cláudia Pereira, intitulado "A saúde oral de jovens seguidos num modelo integrado de saúde oral: o papel da vigilância precoce", conclui que os jovens seguidos na Fundação apresentam melhores indicadores de saúde oral, hábitos de higiene oral bem implementados e níveis de Literacia em Saúde Oral adequados e que a precocidade de início da vigilância em saúde oral parece ter um papel importante para a consolidação destes indicadores: os jovens que iniciaram a sua vigilância de saúde oral aos 3 anos de idade apresentam um Índice de dentes

- i) Na saúde oral, os ganhos de saúde obtidos com o Programa de Saúde Oral são visíveis e reconhecidos (recorde-se que a Fundação foi premiada neste âmbito com a Menção Honrosa Resultados em Saúde do Prémio Saúde Sustentável 2018; o Prémio Melhor Poster 2019, no âmbito do XIX Congresso da Associação Portuguesa de Higienistas Oraís; objeto de divulgação internacional (poster apresentado na Assembleia Geral da EuroHealthNet e notícia publicada na e-news da EUROCHILD) e de teses de mestrado (2020/21)¹²;
- ii) O período estratégico 2012-2019: desafiou o modelo de base comunitária da Fundação (passando a servir a população, de 2 para 202 freguesias); duplicou a sua base de utentes; complementou o modelo de saúde infantil com uma área mais robusta de intervenção precoce (psicologia, terapia da fala, psicomotricidade e pedopsiquiatria); bem como fortaleceu os efeitos da sua componente preventiva – elevando as idades de cobertura – e o seu âmbito - acrescentando medicina geral e familiar, nutrição, desenvolvimento de competências parentais e terapia familiar, por exemplo;

cariados, perdidos e obturados (CPOD) de 2,06, enquanto os que começaram a ser acompanhados na Fundação mais tardiamente apresentam um CPOD de 6,33; relativamente aos hábitos de higiene oral, todos os jovens acompanhados na Fundação fazem escovagem dos dentes diariamente, sendo que 84% escovam 2 vezes por dia e 74% apenas antes de dormir, e 17% usa fio dentário diariamente (que compara com apenas 6,4% dos jovens em geral); 86,5% dos jovens vigiados na Fundação apresentam níveis de literacia em saúde oral adequados, que comparam com 44,3% e 73,2% de outros dois estudos nacionais.



- iii) As alterações referidas no ponto anterior foram efetivadas sem perda dos níveis de satisfação de utentes¹³ e sem aumento global dos custos diretos de saúde;
- iv) O número de consultas realizadas por ano ultrapassou, em 2019, o número de 15.000 (consagrando um crescimento próximo dos 50% no período 2012-2019);
- v) Cerca de 30% dos utentes da Fundação beneficia de alguma bonificação ou isenção de pagamento dos serviços (dada a sua condição socioeconómica) e 50% da atividade atual é-lhes dirigida.

No âmbito do Plano Estratégico desenhado em 2019 admitiu-se possível um crescimento anual de atividade e utentes da saúde durante o período 2020-2025, respetivamente, de 5% e 7,5%.

Nos primeiros 4 anos (os primeiros 3 de algum modo marcados pela pandemia da COVID 19), verificou-se:

- a. No ano 2020, um decréscimo de 14,5% da atividade com um crescimento de utentes na ordem dos 10,9%;
- b. No ano de 2021, um crescimento da atividade de 19% e de 9% de utentes;

¹³ Na avaliação de satisfação de 2021/22, 97,9% dos utentes classificam os serviços da Fundação como "Muito Bons" (64,2%) ou "Bons" (33,7%), enquanto em 2013 foram 96% a dar a classificação de "Muito Bons" (52,7%) ou "Bons" (43,3%).

- c. No ano de 2022, um crescimento da atividade de cerca de 3% e de utentes de cerca de 10%;
- d. No ano de 2023, um crescimento da atividade de 8,3% e de utentes de cerca de 10,5%.

Desta evolução resulta que, no ano de 2023, a atividade de saúde da Fundação, registou um nível histórico de consultas superior a 18.400, tendo o número de utentes aproximado-se dos 9.000. Não obstante a pandemia foi possível pois elevar o nível de atividade, desde 2019, em 12% e o número de utentes em 48,8%.

Cerca de 86% da atividade do ano 2023 foi dedicada a crianças e jovens até aos 18 anos e apenas 14% destinada a adultos, sinalizando este facto a dedicação preferencial da Fundação, de promover ganhos de saúde, pela aposta estratégica nos primeiros anos de vida.

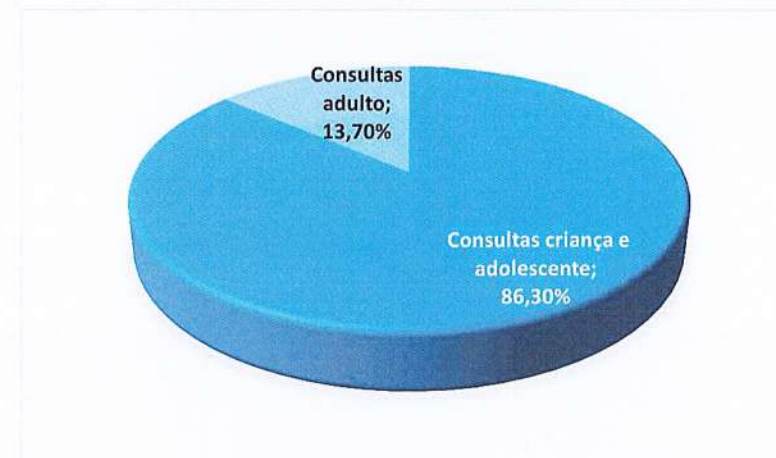


GRÁFICO Nº 1- Distribuição do número de Consultas por segmento de idade-2023



A maioria relativa das consultas – cerca de 40 %-foi concretizada no âmbito do modelo de Saúde infantil da Fundação, que se pretende inspirador para toda a sociedade, dado o seu foco na vigilância permanente, na promoção da saúde, na integração dos cuidados e na deteção precoce de desvios de desenvolvimento ou de outras alterações.

Prevenção da ambliopia precoce, de perdas de audição, da cárie dentária, de problemas de desenvolvimento infantil ou o rastreio do cancro do colo do útero, de ovários e da mama, são alguns dos objetivos prosseguidos no programa de rastreios ajustado aos riscos específicos de cada pessoa.



Figura 5 – Esquema do Modelo de Vigilância de Saúde da Fundação (crianças e jovens)

M. 2



Apenas a detecção precoce permite uma intervenção terapêutica precoce aproveitando a janela de oportunidade de ouro que os primeiros anos de vida contêm. Por este motivo, no ano de 2023, os rastreios representaram:

- 72% da atividade de cardiologia pediátrica;
- 68% da atividade de saúde infantil;
- 65% das consultas de saúde da visão;
- 64% da atividade de saúde oral;
- 23% da atividade de saúde da audição.

Em rigor, 28% das consultas realizadas no ano de 2023 foram consultas de rastreio, com a seguinte distribuição por Programa de Saúde.

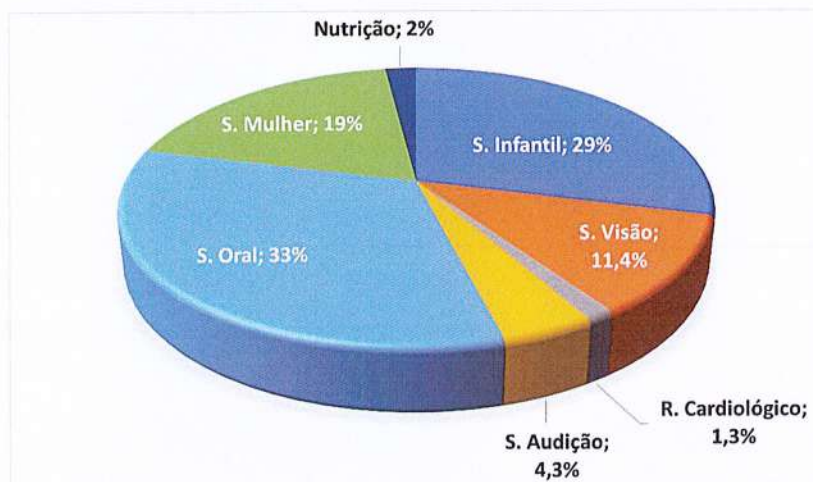


GRÁFICO Nº 2 - Distribuição dos Rastreios 2023 por Programa

Comparativamente com o ano anterior verifica-se, pelo segundo ano consecutivo, um ganho relativo de proporção dos rastreios no âmbito do Programa de Saúde da Mulher (especialidade de ginecologia-obstetrícia). Neste âmbito, 95% da atividade realizada foi considerada de rastreio, recuperando de algum abrandamento registado nos anos 2020-2021 por força da pandemia e das restrições de mobilidade à mesma associada.

Consolidar a oferta no perfil atingido em 2019 e que já incorporou também a Terapia Familiar, inclusive como meio de conferir maior eficácia à intervenção sobre as crianças e adolescentes, era o segundo objetivo a prosseguir no âmbito do Plano Estratégico para a atividade de saúde.

Em 2019 o padrão de distribuição era o plasmado no gráfico seguinte.

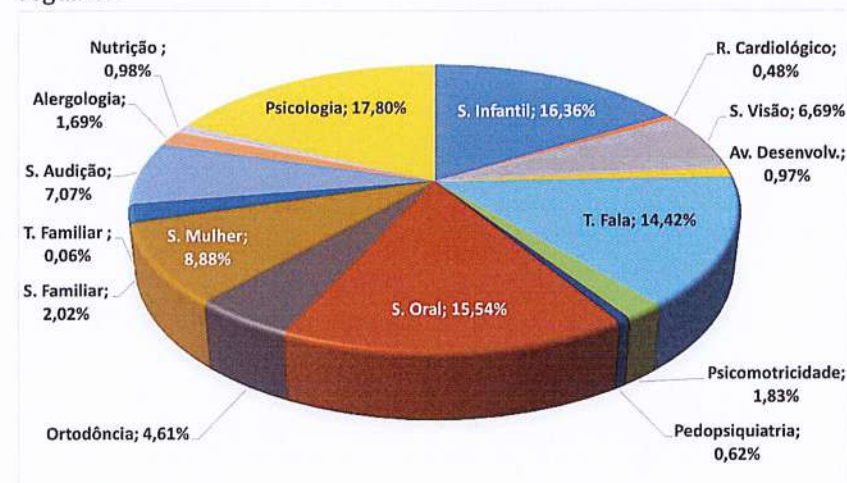


GRÁFICO Nº 3 – Padrão de Distribuição do Total de Consultas em 2019



Em 2023, como se poderá verificar pelo gráfico seguinte, o padrão de distribuição das consultas por especialidade ou Programa não difere muito do anterior. De notar, no entanto, a tendência de crescimento e de ganho de proporção da oferta mais recente, as especialidades de pedopsiquiatria, psicomotricidade e nutrição (todas com taxas de crescimento superior a 30% no ano), mas também psicologia e terapia da fala (ainda com crescimento anual de 15%) e saúde familiar (com uma taxa de crescimento de 12% no ano). Esta situação sinaliza o facto de a oferta mais recente da Fundação estar a constituir uma efetiva resposta de saúde pública em áreas de falha de mercado.

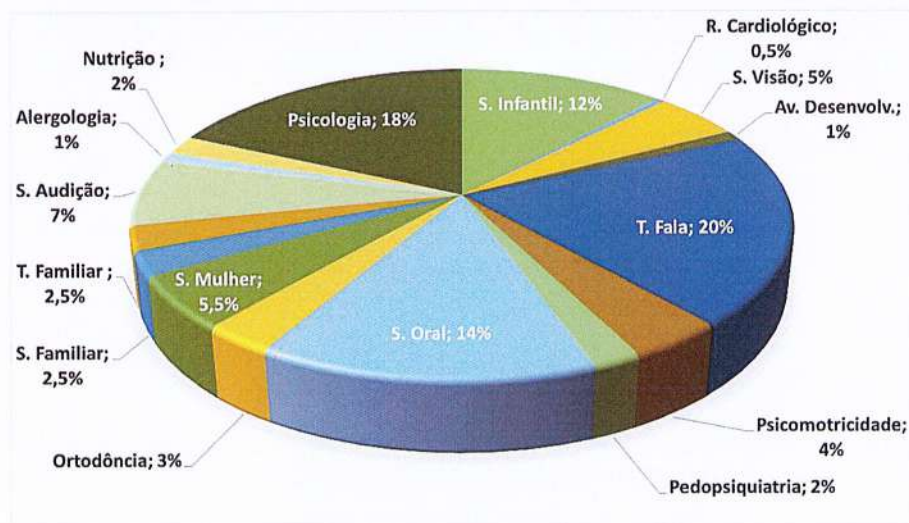


GRÁFICO Nº 4 - Padrão de Distribuição do Total de Consultas em 2023

No caso da pedopsiquiatria, da nutrição e das ecografias obstétricas parte do crescimento verificado no ano deve-se ainda ao facto de ter sido sucessivamente alargado o âmbito da convenção com a ADSE, em 2022 e 2023, surgindo, numa primeira fase, a Fundação como a única entidade em Lisboa com alguns destes serviços convencionados.

Importa ainda referir que, associado aos serviços terapêuticos na área do neurodesenvolvimento pediátrico, se tem assistido a um contínuo aumento da procura da psicoterapia, psicomotricidade e terapia da fala. Denotando uma clara falha de mercado toda esta área e tendo a pandemia agravado os problemas de saúde mental designadamente na população jovem¹⁴, a Fundação viu-se forçada (por preocupações de auto-sustentabilidade) a controlar o ritmo de expansão da oferta destas áreas, não respondendo de imediato à totalidade da procura. Esta é, no entanto, uma preocupação que merece maior ponderação no futuro e que justificou, nomeadamente, a renovação, por mais 2 anos, do Acordo de Cooperação com

¹⁴ Costa, C.V., Tícló, S.S., Ferreira-Carvalho, R., Delgado, R.M., Lobarinhas, M.J., Teixeira, G., Sousa, M.C., Cordovil, C., Henrique, S. & Goldschmidt, T. (2021). "Avaliação de Sintomas Psiquiátricos Durante o Confinamento no Contexto da Pandemia COVID-19 numa População Clínica Pedopsiquiátrica". Disponível em: <http://www.revistapsiquiatria.pt/index.php/sppsm/article/view/176>
- Loureiro, M.A. (2020). "O impacto da pandemia pela COVID-19 nos Adolescentes e Jovens: revisão crítica da literatura". Dissertação de Mestrado, ISPA. Disponível em: <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/8013/1/6805.pdf>
- Reis, F.P., Amaro, Rita, Silva, F.M., Pinto, S.V., Barroca, I., Sá, T. Carvalho, R.F., Cartaxo, T. & Boavida, J. (2021). "Impacto do Confinamento em Crianças e Adolescentes". Acta Med Port 2021 Apr;34(3):245-246 Disponível em: <https://doi.org/10.20344/amp.15854>



o Instituto da Segurança Social, I.P. para a Fundação poder desenvolver, também no quadro do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) e com crianças entre os 0 e os 6 anos, a sua atividade, assumindo a responsabilidade pelo acompanhamento de 70 crianças no âmbito de uma Equipa Local de Intervenção (ELI) da cidade de Lisboa.

Este trabalho, iniciado em fevereiro de 2022, permitiu, no decurso do ano de 2023, a realização de 1.661 sessões de apoio direto a crianças abrangidas pela intervenção, bem assim, a realização de 629 reuniões com as respetivas famílias e 278 outras com os profissionais dos equipamentos educativos que as acompanham (anexo II).

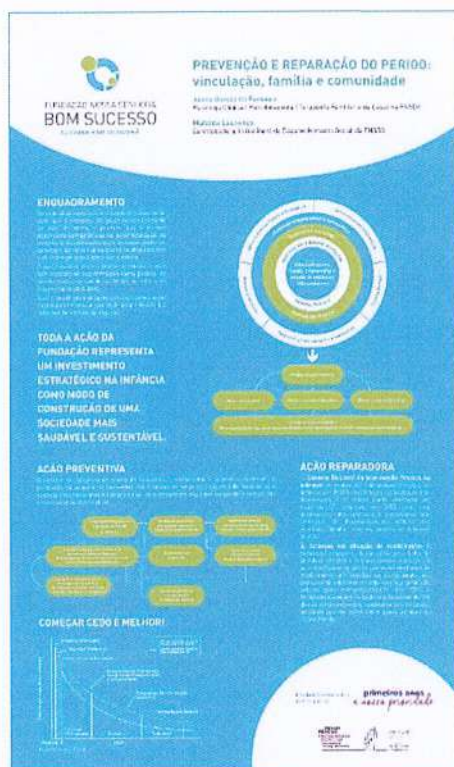
Durante o ano de 2023 a Fundação conseguiu em suma garantir a dinâmica de crescimento, contínuo e moderado, da atividade de saúde mantendo o posicionamento distintivo e o acesso em condições de equidade (47% da atividade dedicada a população em situação de vulnerabilidade sócio-económica).

Outro objetivo estratégico no âmbito da atuação da Fundação é a promoção da literacia em saúde. Cidadãos mais conscientes e informados sobre as dinâmicas de saúde pugnam pela adoção de estilos de vida saudáveis, que lhes conferem ganhos em saúde a longo prazo e benefícios sociais e económicos à sociedade. Neste domínio foram produzidos conteúdos, nomeadamente:

- a. Em canal vídeo em torno da campanha já citada no ponto 1.1. e para a SPLS- Sociedade Portuguesa de Literacia da Saúde (a pedido desta);
- b. Promovido um *webinar* com o tema ‘Preparar o Casal para a Parentalidade’ no âmbito do Clube do Bebê do Pingo Doce;
- c. Apresentado um poster no âmbito do Congresso Internacional “Risco, Perigo e Resiliência Familiar – Vozes Cruzadas da Intervenção e Investigação”, promovido pela SCML- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, realizado em 6 e 7 de julho.

Na relação com o Estado, destaca-se ainda:

- i) A já referida renovação do Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social, I.P., mantendo a Fundação no terreno uma equipa de intervenção precoce, em atuação no âmbito do Sistema de Intervenção Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) e dedicada a 70 crianças e suas famílias;
- ii) A sucessiva ampliação da convenção com a ADSE (também já referida);
- iii) O contributo da Fundação, dado em sede de consulta pública nacional, visando a revisão do Programa Nacional de Saúde Oral - Saúde Oral 2.0.



E em matéria de contributos a nível internacional, visando a melhoria das políticas com impacto no desenvolvimento infantil:

- i) O contributo no *Thematic paper*¹⁵, da campanha First Years First Priority, dedicado às crianças portadoras de deficiência.
- ii) O contributo, articulado com outros associados nacionais¹⁶ da EUROCHILD, para o traçar do perfil de Portugal (anexo III) no seu relatório anual dedicado às crianças necessitadas na Europa, que avalia i) a efetiva concretização dos Direitos das Crianças, ii) o alinhamento do Plano de Ação da Garantia para a Infância com as reais necessidades das crianças e iii) o relatório nacional e as recomendações produzidos no âmbito do processo do Semestre Europeu¹⁷.

¹⁵ “Young Children with Disabilities and Their Families”, disponível em <https://firstyearsfirstpriority.eu/resources/young-children-with-disabilities-who-require-learning-support-and-their-families/> (acedido em 30/01/2024)

¹⁶ Instituto de Apoio à Criança e Sérgio Costa Araújo

¹⁷ O Semestre Europeu constitui um quadro para a coordenação das políticas económicas dos países da União Europeia, permitindo-lhes debater os seus planos orçamentais e económicos e acompanhar os progressos realizados em determinados momentos do ano. Inicia-se, no outono de cada ano, quando a Comissão Europeia procede à Análise Anual do Crescimento, em que passa em revista a economia europeia e define a resposta política mais adequada aos desafios identificados, tendo em vista o crescimento, a inclusão e a convergência na Europa. Após a sua publicação, esta

Análise é objeto de diálogo entre a Comissão e os países da UE, as partes interessadas e os parceiros sociais. Em fevereiro, após este diálogo e numa análise mais aprofundada, a Comissão apresenta uma análise anual da situação económica e social dos países da UE, que inclui uma avaliação dos progressos efetuados a nível da aplicação das recomendações específicas por país formuladas em anos anteriores. Em abril, os países apresentam à Comissão os seus planos em matéria de políticas económicas e programas de estabilidade ou de convergência. A Comissão analisa estes planos e programas e, em maio, emite as Recomendações Específicas do ano (mais informação disponível em https://commission.europa.eu/business-economy-euro/economic-and-fiscal-policy-coordination/european-semester/framework/european-semester-explained_en - acedido em 16/02/2024).



1.3. A URGÊNCIA DE APOIAR AS CRIANÇAS E JOVENS QUE PASSAM POR SITUAÇÕES DE ACOLHIMENTO

Em Portugal existem (segundo dados de 2022) 6.347⁽¹⁸⁾ crianças em situação de acolhimento. Em 2014, a FNSBS iniciou um apoio de vigilância de saúde e de estimulação do desenvolvimento a crianças acolhidas temporariamente (para definição do respetivo projeto de vida, uma vez retiradas às famílias de origem por decisão judicial) em três casas de acolhimento institucional da CrescerSer – Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família. Referimo-nos às Casas da Encosta (Carcavelos), do Parque (Outurela) e do Infantado (Loures), com capacidade para acolherem em simultâneo até 34 crianças, com idades compreendidas entre os 0 e os 12 anos e com um tempo médio de permanência nas Casas de cerca de 18 meses.

Desde essa altura (2014), várias foram as solicitações por parte de outras instituições para que as crianças/jovens que acolhem beneficiassem também dessa vigilância de saúde, tendo a Fundação acedido a todos os pedidos. Assim, no ano de 2023, são 23 os centros de acolhimento/lares de infância e juventude englobados neste projeto, a saber:

- Casa do Parque
- Casa da Encosta
- Casa do Infantado
- Casa do Gil
- Lar de Adolfo Coelho
- Lar Especializado Entre Mundos
- Casa da Luz
- Casa Maria Droste
- Casa de Transição Feminina
- Casa de Transição Masculina
- Casa Mello
- Casa Mardel Correia
- Casa Bech Gaard
- Casa PT
- Casa Gmeiner
- Casa de Santa Isabel
- Casa de Acolhimento António do Couto
- Casa de Acolhimento Martins Correia
- CED Aurélio Costa Ferreira
- Centro de Alojamento Temporário de Tercena
- Casa de Santo António
- Casa do Farol
- Centro de Apoio à Mulher Humanus (Humanus CAM)

⁽¹⁸⁾ Instituto da Segurança Social, I.P. (2023). Casa 2022 – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, p.5.



Além das crianças/jovens acolhidas em 2023 nestas instituições (182), a Fundação apoia a vigilância de saúde de outras (18) que estão em famílias de acolhimento, bem como as que, após institucionalização, estão em processo de adoção ou de regresso á família de origem (estas no seu período de transição). Assim, esta linha de atividade abrangeu, no ano, 200 crianças/jovens.

As crianças/jovens institucionalizadas distribuem-se da seguinte forma pelos 23 centros de acolhimento:

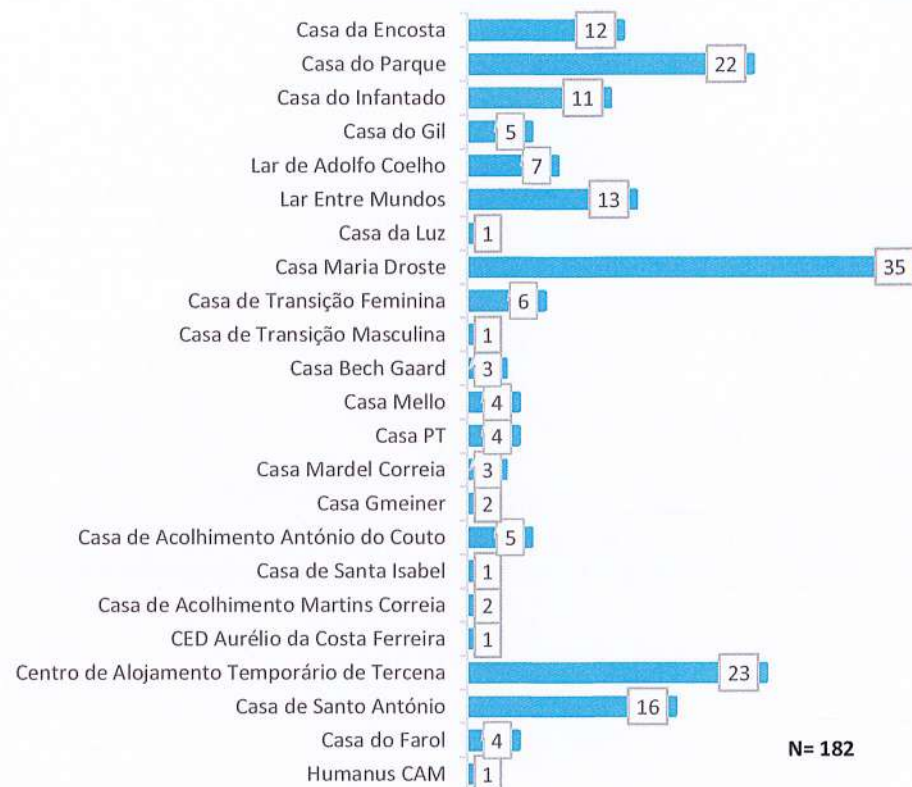


GRÁFICO Nº 5 - Distribuição das Crianças/Jovens por Casa de Acolhimento

E sendo o perfil etário de cada uma das Casas de Acolhimento muito distinto (ver gráfico seguinte) são também diversos os desafios que se colocam:

[Handwritten signature]

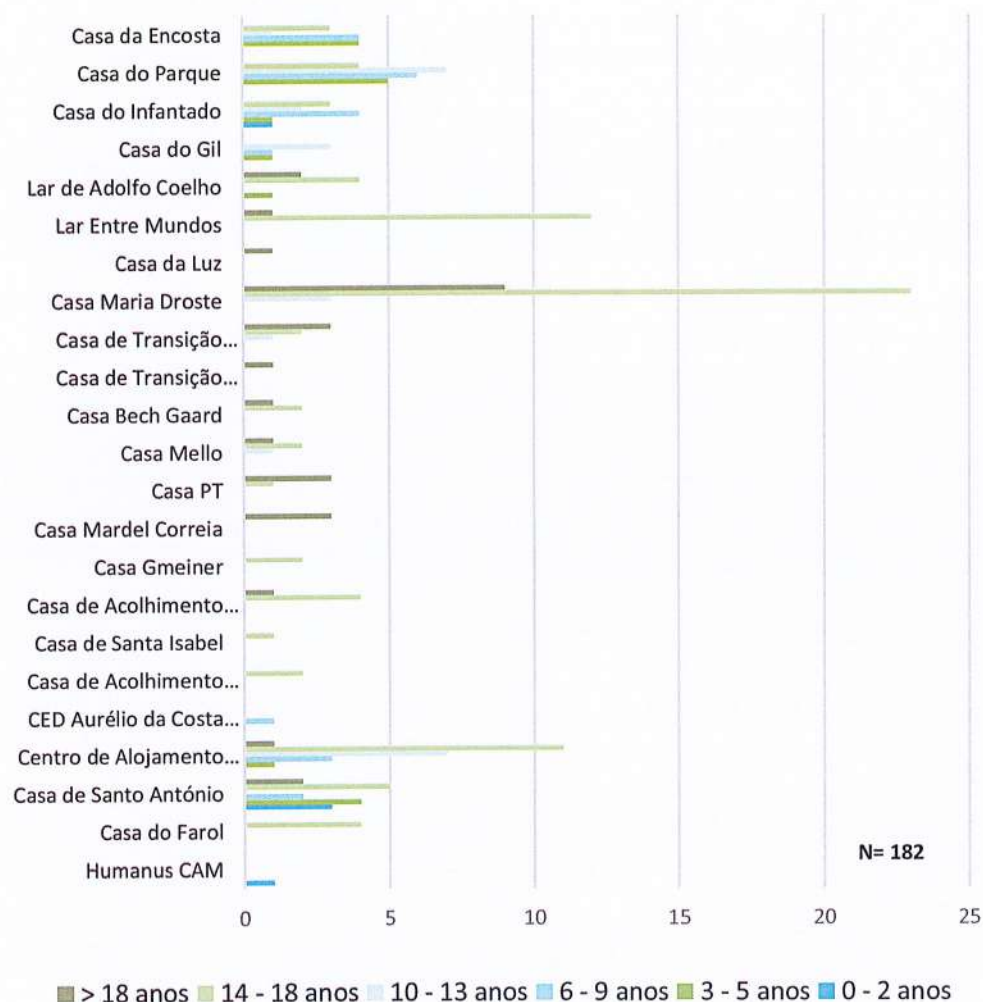


GRÁFICO Nº 6 - Distribuição das Crianças/Jovens por Casa e Grupo Etário

- i) Ao nível da articulação e trabalho colaborativo com os respetivos profissionais;
- ii) Ao nível da evolução da intervenção de saúde, especialmente com as instituições de acolhimento com forte presença de adolescentes e jovens.

Do total de 200 crianças/jovens é de salientar que:

- 2 beneficiam dos serviços da Fundação pelo 10º ano consecutivo;
- 9 iniciaram a sua vigilância de saúde há 7 anos na Fundação;
- 11 vêm há Fundação pelo 6º ano consecutivo;
- 23 frequentam os nossos serviços há 5 anos;
- 16 vêm à Fundação pelo 4º ano consecutivo;
- 17 vêm há 3 anos aos nossos serviços;
- 52 vêm à Fundação pelo 2º ano consecutivo;
- 70 iniciaram a vigilância na Fundação ao longo de 2023.



Quanto à distribuição etária das crianças e jovens beneficiários constata-se que:

- 5,5% tem entre 0 e 3 anos de idade;
- 10,0% tem entre 4 e 6 anos;
- 16,0% tem entre 7 e 11 anos;
- 40,0% tem entre 12 e 17 anos;
- 28,5% tem mais de 18 anos.

Das 1.388 consultas realizadas no ano de 2023 por estas 200 crianças e jovens:

- 38,0% foram de Psicologia (confirmando as necessidades de terapia e de reforço da sua resiliência, face aos acontecimentos adversos de que foram vítimas na infância);
- 23,5% foram de terapia da fala;
- 19,2% foram de Higiene Oral e Medicina Dentária/Ortodôncia;
- 4,7% foram de Saúde Infantil;
- 4,5% foram de Saúde da Visão.

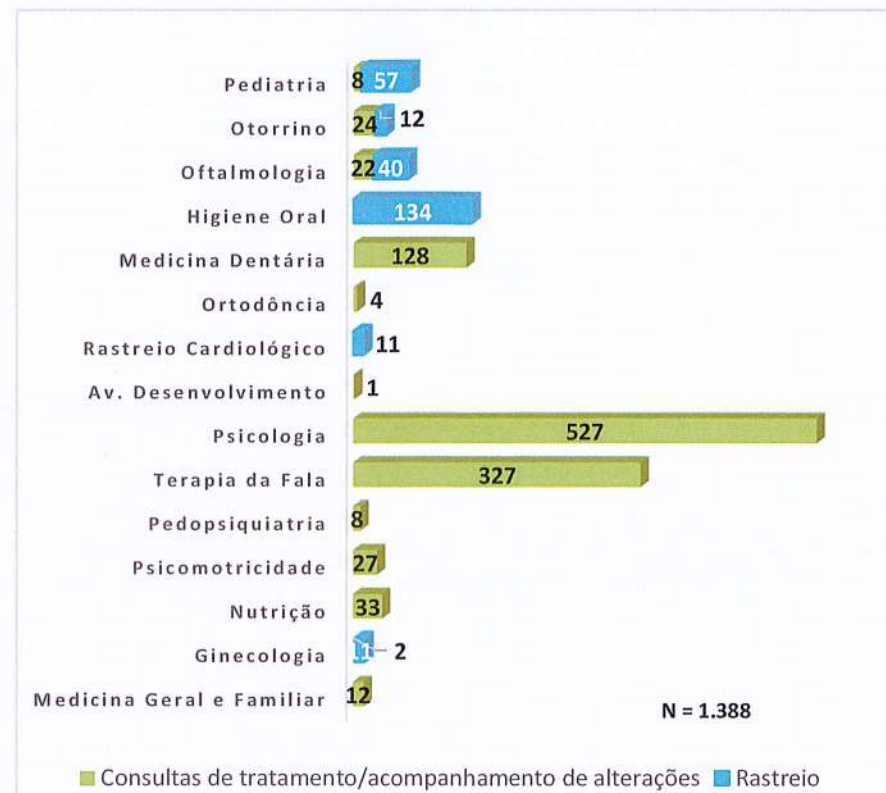


GRÁFICO Nº 7 - Distribuição das Consultas a Crianças/Jovens em Situação de Acolhimento, por Especialidade e Tipo de Consulta

Por seu turno é de assinalar ainda que 19,1% do total de consultas realizadas foi de rastreio.



A distribuição percentual dos rastreios realizados regista como diferenças face ao padrão geral de vigilância da Fundação:

- Um maior peso relativo dos rastreios de saúde oral, representando estes, no caso presente, cerca de 50,6% do total de rastreios realizado;
- Também um maior peso dos rastreios de saúde da visão, que aqui representam 15,9%;
- Uma maior representação relativa dos rastreios cardiológicos – aqui de 4,1%;
- Um menor peso relativo, face ao padrão geral, dos rastreios de saúde infantil aqui representando 21,5%.

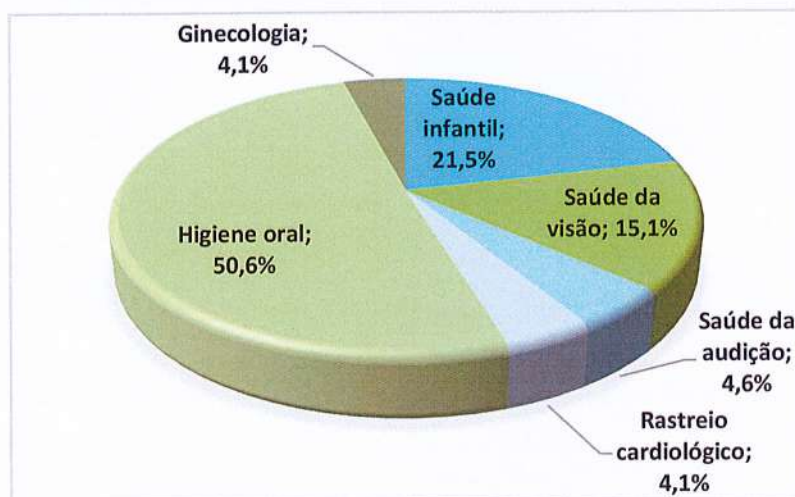


GRÁFICO Nº 8 - Distribuição das Consultas de Rastreio por Programas de Saúde (padrão das Crianças em Situação de Acolhimento)

A estas 1.388 consultas, acresce a realização de 10 Ecografias ginecológicas/obstétricas, por oito das jovens beneficiárias.

Centrados no propósito do projeto de promover o bem-estar e o desenvolvimento das crianças/jovens em situação de acolhimento, no ano de 2023, foi ainda mantido um interlocutor dedicado às instituições de acolhimento – uma enfermeira Gestora de Caso.

Em conclusão:

- Desde o início do projeto tem sido crescente o número de instituições de acolhimento que solicitam o apoio da Fundação, bem como o número de crianças beneficiárias;
- Contando com o cofinanciamento do JB Fernandes Memorial Trust I (no período 2014-2016), da Fundação Montepio (de 2015 a 2018 e em 2020), da *Target Value* (desde 2016), da *The Navigator Company* (de 2017 a 2021) e da Semapa (desde 2022) tem sido possível assegurar um apoio continuado crianças e jovens em situação de acolhimento institucional;
- A procura de apoio por parte das instituições de acolhimento de adolescentes tem-se concentrado nas áreas em que o acesso às especialidades no âmbito do SNS é tendencialmente inexistente – Psicologia, Medicina Dentária e Oftalmologia. Idêntica tendência se verifica nas instituições

Handwritten signature and initials in blue ink.



de acolhimento de crianças, representando a proporção de consultas de Saúde Infantil e Avaliação de Desenvolvimento neste grupo de instituições 4,8% do total realizado. Recorde-se a este propósito que o acesso a Pediatria nos Centros de Saúde do SNS é em regra inexistente e que a lista de espera nos hospitais para Avaliação de Desenvolvimento motiva tempos de espera não compatíveis com uma intervenção adequada em tempo, de apoio e estímulo ao desenvolvimento infantil;

- Dado o grau de necessidade destas crianças, a procura de apoio em intervenções de saúde por parte das respetivas instituições de acolhimento, incide maioritariamente sobre situações de doença ou de necessidade de intervenção terapêutica, representando os rastreios realizados menos de 1/5 do total das consultas.

Entre os desafios de desenvolvimento que se colocam com premência no âmbito do projeto contam-se:

- i) O estreitar do trabalho colaborativo com os profissionais das instituições de acolhimento e com as famílias de destino, reforçando competências e meios de promoção do bem-estar futuro destas crianças e o seu desenvolvimento integral como pessoas e cidadãos;

- ii) O reforço de meios terapêuticos, nomeadamente na área de arteterapia, dada a necessidade e proporção que representa a área de psicologia e de pedopsiquiatria, visando conferir maior eficácia à intervenção;
- iii) Adequar a oferta disponível nomeadamente na área de saúde sexual e reprodutiva, tendo presente o crescente número de jovens e adolescentes.



2. UMA CULTURA DE VALOR PARTILHADO E DE ORGANIZAÇÃO APRENDENTE

A Fundação assume uma cultura de Criação de Valor Partilhado e de Organização Aprendente, envolvendo na sua estratégia de atuação todos os *stakeholders*, potenciando a capacidade de promover pessoas, famílias, comunidades e uma sociedade mais saudáveis.

1) Traduzindo um compromisso com a aprendizagem, o desenvolvimento, os parceiros e a comunidade:

Neste ano a Fundação promoveu um encontro com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (Brasil, fundada em 1965), visando a partilha de conhecimento sobre a primeira infância (desde a gestação) e a troca de experiências sobre as campanhas 'Primeira Infância Primeiro' e "Primeiros Anos a Nossa Prioridade" e um projeto- o PIPA: 'Primeira Infância Para Adultos Saudáveis'.

A Fundação, acolheu também em estágio, durante o ano de 2023:

- Cinco alunos do 4º. ano de enfermagem da Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias;
- Uma estudante de 3ª ano da licenciatura de Reabilitação Psicomotora da Faculdade de Motricidade Humana.

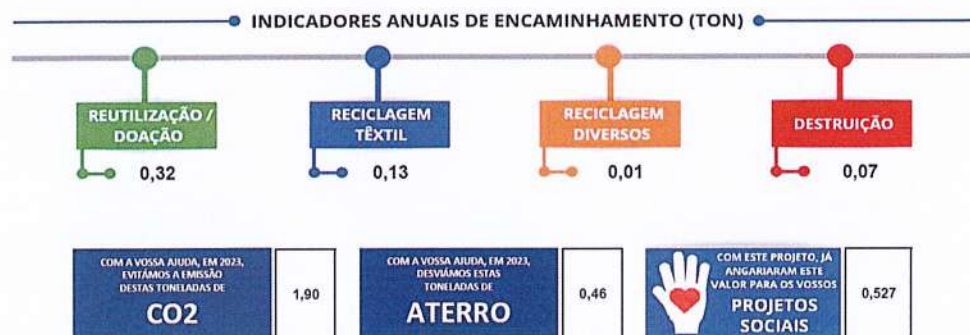
A participação ativa na Feira de Saúde de Belém (com uma equipa de profissionais da Fundação); a participação na formação do Laço Azul Humano, com a Comissão de Proteção das Crianças e Jovens em Risco de Lisboa Ocidental e as crianças e respetivos pais frequentadores da APIA- Associação de Proteção à Infância da Ajuda (no mês da prevenção dos maus tratos na infância); a promoção de três workshops de formação parental, abertos à comunidade, e realizados no ano sobre as temáticas: "Massagem e Relaxamento" e "Chegou! E agora nós? (deste último duas sessões)" e a promoção da iniciativa "Saúde Trocada por Miúdos", dirigida a 28 crianças de 5 anos do Colégio Helen Keller, centrada na educação para a saúde infantil e a saúde oral; completam o conjunto de iniciativas que ilustram algumas das dimensões este compromisso ao nível do envolvimento comunitário.



Handwritten signature in blue ink.



- 2) Traduzindo uma cultura de respeito pelos fornecedores, a renovação do selo de Compromisso Pagamento Pontual, emitido pela ACEGE (em parceria com o IAPMEI).
- 3) Traduzindo uma cultura de responsabilidade social e ambiental, a parceria com a H Sarah Trading, materializada na recolha no ano de 527Kg de têxteis, permitindo, assim, o desvio de aterro de cerca de meia tonelada de resíduos têxteis, evitando-se a emissão de 1,9 toneladas de emissões de dióxido de carbono. No âmbito desta parceria já foi efetuada nos últimos anos a recolha seletiva de mais de 5 toneladas de têxteis, permitindo em grande parte a sua reutilização e reciclagem.



- 4) Mobilizando e envolvendo outros nas suas ações de maior impacto social, superando lacunas muito críticas presentes na atualidade da sociedade portuguesa.

4.1. Entre estas destacam-se:

4.1.1. A linha de serviço dirigida às crianças em situação de acolhimento já abordada no ponto 1.3. do presente relatório.

Importando, no ano de 2023, o custo global de €76.840, cofinanciaram (em cerca de 81%) esta linha de serviço: i) a Semapa (€50.000); ii) a Target Value (€2.163) e iii) várias pessoas que optaram por consignar o seu IRS/IVA à Fundação (€10.239,33):

- A Semapa, apoiou 65% da totalidade do serviço prestado, tendo financiado por inteiro os serviços prestados às Casas: do Parque, do Infantado, da Encosta (todas da CrescerSer), de Transição Feminina, de Transição Masculina, Mello, Mardel Correia, Bech Gaard, PT, Gmeiner, (todas das Aldeias de Crianças SOS); de Santo António; e ao Centro de Acolhimento Temporário de Tercena, bem como cerca de 70% dos serviços de que as crianças/jovens da Casa Maria Droste beneficiaram;



- A Target Value, apoiou 2,8% da totalidade do serviço prestado, tendo cofinanciado em 73% as crianças/jovens acolhidas pela Fundação Vítor Reis Morais (nomeadamente dos Lares de Adolfo Coelho e Especializado Entre Mundos e da Casa da Luz);
- Com a consignação de IRS/IVA efetuada por particulares à Fundação, foi possível custear 13,3% do total do serviço, nomeadamente, a totalidade do serviço prestado às Casas de Santa Isabel, António do Couto e Martins e ao CED Aurélio Costa Ferreira Correia (todos da Casa Pia de Lisboa), bem como cerca de 41% dos serviços prestados à Casa do Gil.

4.1.2. A linha de serviço dirigida às crianças e famílias em situação de maior vulnerabilidade/pobreza. Com um custo de serviços prestados no ano de 2023 valorizado em cerca de meio milhão de euros e registando um crescimento de atividade de 5,5% no ano, a Fundação recebeu um apoio consignado pela SEMAPA a este fim, no montante de €15.000.

¹⁹ O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância - SNIPI integra um conjunto organizado de serviços da responsabilidade dos Ministérios da Saúde, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Educação e tem como missão garantir a Intervenção Precoce na Infância, que pode ser

4.2. Mas importa também referir neste contexto a campanha **Primeiros Anos a Nossa Prioridade** que, para além do esforço conjunto de concretização de um plano arrojado de ações protagonizadas por mais de 40 parceiros de coligação, contou no ano com apoios nacionais (20.000€ da SEMAPA e 4.649€ da Ticket Serviços) e internacionais (6.000€ da EUROCHILD). A campanha foi ainda beneficiária do apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, materializado na cedência do auditório 2 para a realização do 2º Big Meeting e no apoio técnico dado a esta sessão e que foi valorizado em 2.500€.

5) Estabelecendo um compromisso de cooperação com o Estado no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)

Dadas as lacunas da sociedade portuguesa no âmbito da Intervenção Precoce na Infância, apesar da existência de um Sistema Nacional¹⁹ plurisectorial, paradigmático e inspirador,

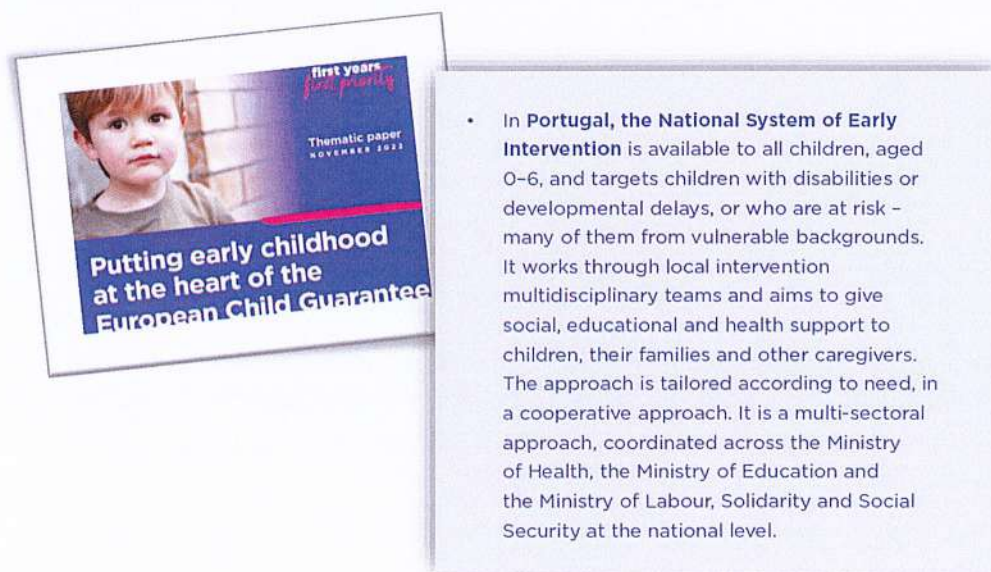
definida como um conjunto de medidas de apoio da área social, da educação e da saúde, para crianças entre os 0 e os 6 anos e suas famílias, que são disponibilizadas para: i) Melhorar as oportunidades de aprendizagem da criança; ii) Fortalecer as competências dos cuidadores; iii) Promover os recursos das famílias e da comunidade. Mais informação em <https://snipi.gov.pt/>



ao cabo de 2021, a Fundação assumiu um Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social, I.P., para dois anos, tendo a respetiva concretização sido iniciada em fevereiro de 2022. Com este Acordo é expectável que a capacidade de resposta do SNIPI, na zona norte da cidade de Lisboa, aumente de 52% para 74%. Como contrapartida do trabalho desenvolvido pela equipa técnica da Fundação afeta a esta linha de atividade (uma terapeuta da fala, uma técnica de reabilitação psicomotora, uma psicóloga e uma assistente social – as últimas duas apenas a meio tempo, como já referido anteriormente) o ISS, I.P. atribuiu subsídios, no ano de 2023, à Fundação no montante total de 150.907,01€.

Enquanto Organização Aprendente a Fundação destaca ainda, no ano, a continuidade do investimento efetuado no desenvolvimento das suas infraestruturas e sistemas de informação, bem como o de retenção, formação e atração de talento (ao serviço de uma organização com propósito), na prossecução de um contributo direto para o objetivo estratégico de melhoria da eficiência organizacional.

O impacto das realizações do ano de 2023, no conjunto dos objetivos estratégicos deste Plano cuja finalidade é a de “Dinamizar na sociedade portuguesa um ecossistema de sociedade saudável e sustentável, preservando a sustentabilidade organizacional”, encontra-se devidamente sinalizado a azul no Mapa Estratégico (ver figura 6, na página seguinte).



[Handwritten signature]

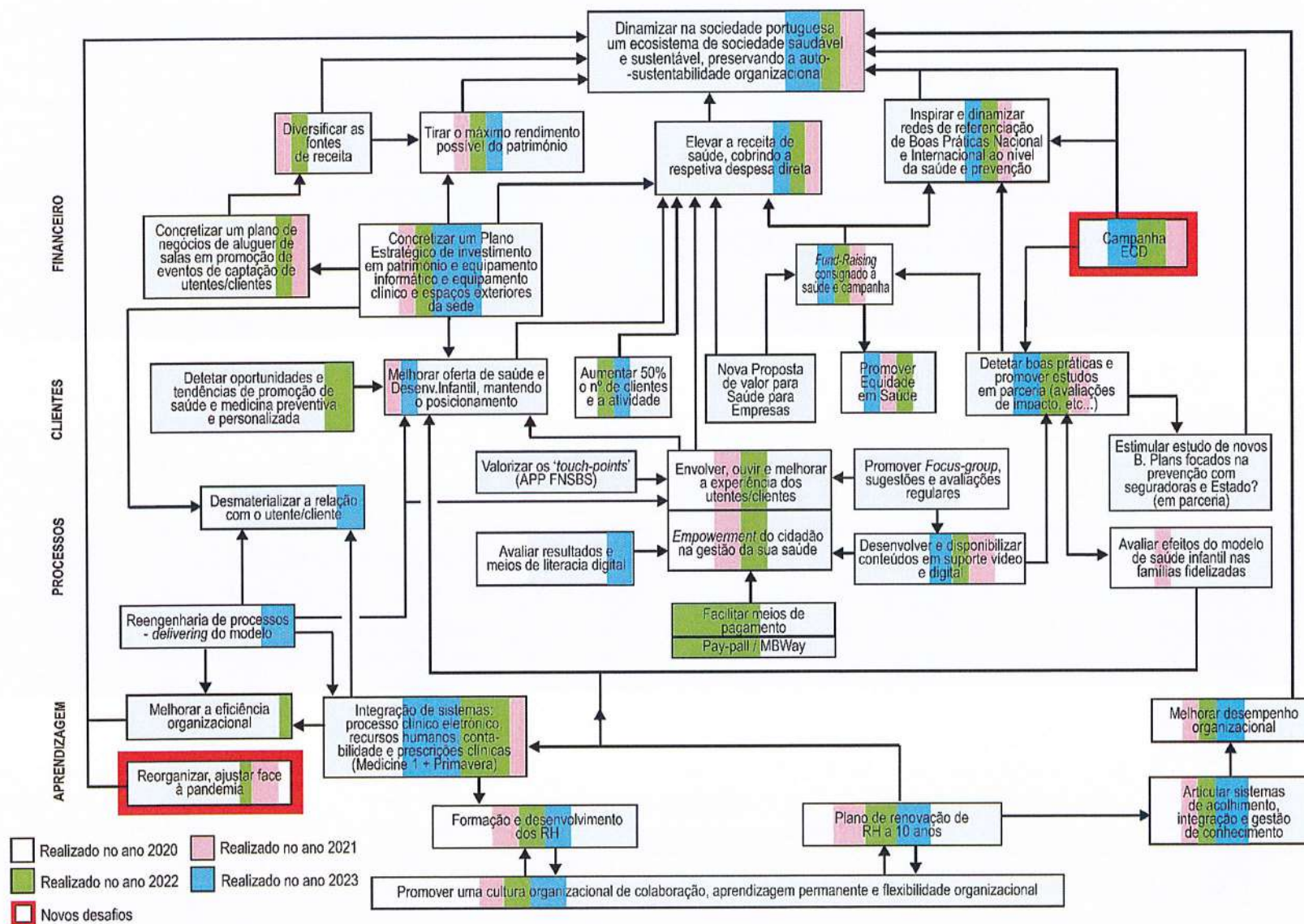


Figura 6 – Mapa Estratégico 2020-2025



III – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

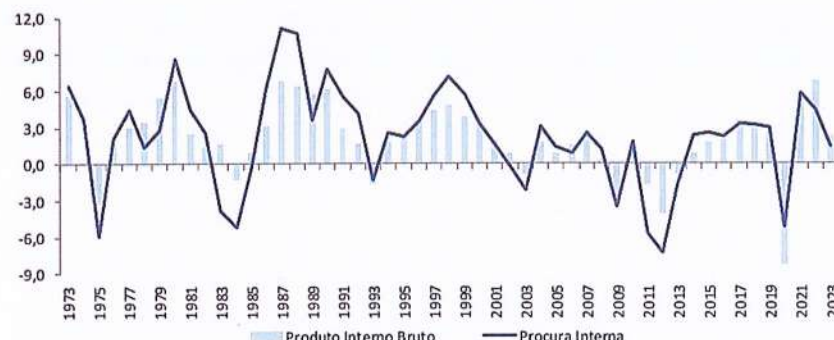


1. A ENVOLVENTE E A FUNDAÇÃO – A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE MACROECONÓMICO

Segundo os dados disponíveis no INE, em 2023, o PIB registou um crescimento de 2,3% em volume, depois de ter registado um aumento de 6,8% no ano anterior (o mais elevado desde 1987).²⁰

Em termos nominais, o PIB aumentou 9,7% em 2023, atingindo cerca de 266 mil milhões de euros.

A procura interna contribuiu positivamente para esta variação positiva anual do PIB, embora inferior ao contributo verificado no ano anterior.



CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS – 4º trimestre de 2023 e ano 2023

GRÁFICO Nº 9 – Produto Interno Bruto e Procura Interna (volume)- 1973-2023
Taxa de variação anual, %

²⁰ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=633358824&DESTAQUESmodo=2 (acedido em 29 de fevereiro de 2023)

Com uma taxa de variação homóloga de 1,4% (4,4% em 2022), o seu contributo para a variação anual do PIB é de 1,4 p.p., enquanto em 2022 foi de 4,5 p.p., verificando-se uma desaceleração do consumo privado e do investimento.

	2019	2020	2021	2022	2023
	Taxa de variação anual (%)				
Procura Interna	3,1	-5,4	5,9	4,4	1,4
Consumo Privado ¹	3,3	-7,0	4,7	5,6	1,6
Consumo Público ²	2,1	0,3	4,5	1,4	1,2
Investimento	3,3	-4,7	11,4	3,5	0,8

¹ - Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes e das ISFLSF

² - Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas

QUADRO I - Componentes da procura interna (volume)- 2019-2023
Taxa de variação anual, %

O investimento aumentou 0,8% em termos reais, após um crescimento de 3,5% no ano anterior.

O consumo privado (que inclui as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias) registou um crescimento de 1,6% em termos reais (que compara com 5,6% em 2022). A despesa em bens não duradouros e serviços passou, de um crescimento de 5%, em 2022, para de apenas 1,1%, em 2023.

[Assinatura]



	2019	2020	2021	2022	2023
	Taxa de variação anual (%)				
Total	3,4	-7,1	4,8	5,6	1,6
Bens duradouros	0,5	-13,6	4,7	11,7	7,1
Bens não duradouros e serviços	3,7	-6,4	4,8	5,0	1,1
Do qual:					
Bens Alimentares	2,0	4,1	2,4	-1,4	1,2

QUADRO II – Despesas de consumo final das famílias residentes (volume) - 2019-2023
Taxa de variação anual, %

As taxas de variação em cadeia revelam mesmo valores de variação negativos para os segundo e terceiro trimestres de 2023.

	3ºT 22	4ºT 22	1ºT 23	2ºT 23	3ºT 23	4ºT 23
	Taxa de variação em cadeia (%)					
Total	0,3	0,2	2,0	-0,6	-0,5	0,9
Bens duradouros	2,0	-0,6	6,9	0,9	-3,8	1,3
Bens não duradouros e serviços	0,1	0,3	1,4	-0,8	-0,1	0,8
Do qual:						
Bens Alimentares	0,5	-1,8	1,9	1,0	0,6	-2,4

QUADRO III – Despesas de consumo final das famílias residentes (volume) – 2022 -2023
Taxa de variação em cadeia, %

Apesar deste contexto de abrandamento relativo da economia e do consumo privado das famílias, a par de uma redução relativa das pressões inflacionistas, foi possível manter uma situação de equilíbrio económico da Fundação, sem disrupção da continuidade da atividade, registando-se até um crescimento considerável da mesma.

Neste contexto foram concretizados os investimentos considerados em sede do Plano Anual e obtidos resultados, líquido e operacional, melhores do que os orçamentados.



2. A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO

2.1 ENQUADRAMENTO

No período do Plano Estratégico- 2012 a 2019 a Fundação visou a recuperação da sua autossustentabilidade, após ter consumido na década anterior a totalidade das suas reservas financeiras, fruto de uma sucessão de resultados líquidos negativos e de uma crise global.

Destacam-se como principais medidas tomadas e concretizadas no âmbito desse Plano, as seguintes:

- 1º. A criação de condições para a revitalização das receitas diretamente provenientes da atividade de saúde, tendo-se conseguido até 2019 a duplicação da receita;
- 2º. O envolvimento e comprometimento de novos *stakeholders* (individuais e institucionais, públicos e privados) no suporte dessa atividade;
- 3º. O assegurar dos investimentos estritamente necessários à modernização da atividade, à qualificação administrativa e à competitividade do património de rendimento;
- 4º. Uma redução global de custos de estrutura por via de racionalização de recursos humanos e ganhos de eficiência que atingiu, no termo de 2018, os 400 mil Euros.

De notar a especial importância das medidas associadas à recuperação do rendimento de rendas provenientes do edifício Amoreiras 19, que até 2011 representou 90% das receitas operacionais da Fundação e que, no período da crise económico-financeira global, caiu abruptamente, nunca representando no período 2012-2016 mais do que 46% daquelas, elevando-se, no período 2016-2019, para o patamar dos 58%-65%.

Em resultado deste percurso a Fundação atingiu, no final de 2018, um ponto de equilíbrio económico-financeiro, fruto de um crescimento sustentado das suas receitas próprias e continuado (na saúde, desde 2012; no Amoreiras 19, desde 2015), a par da já referida redução dos custos de estrutura.

Digno de especial registo também o papel crucial que o apoio de mecenato representou em todo o período de recuperação. Superior a 50% das receitas operacionais no ano 2014 e tendencial e intencionalmente decrescente nos anos seguintes, este apoio atingiu uma proporção mínima orçamentada e real de 17% para o ano 2019.

Importa ainda referir que, para além de essencial, este apoio consolidou relações de longo prazo, permitindo criar valor económico



a par de valor social, na medida em que viabiliza um modelo de saúde inclusivo e aberto a toda a sociedade, contribuindo cumplicemente, a Fundação e as entidades mecenas, para a prossecução de quatro dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030**, a saber:

- Erradicação da Pobreza;
- Educação de Qualidade;
- Saúde de Qualidade;
- Igualdade de género.

A este propósito há que referir que o valor da prestação de serviços a utentes bonificados e isentos, atingiu o montante de meio milhão de euros em 2021.

Constituindo um desiderato do Plano Estratégico 2020-2025 a preservação de uma dinâmica de autossustentabilidade organizacional, contando-se nesta com o **contributo do mecenato** (para um crescimento da atividade inclusivo, para a incorporação de tecnologia e para o estímulo e disseminação do conceito da promoção da saúde e do bem-estar infantil), cada ano do Plano Estratégico 2020-2025 surge alinhado com estes propósitos. E, a ser assim, quer no seu desenho quer na sua concretização, ao termo do período estratégico, as reservas financeiras, situadas na ordem dos 1,6 milhões de € (no final de 2019), deveriam manter-se também preservadas, como salvaguarda da

perenidade institucional. Com efeito, é patente, na história recente da Fundação, a grande dependência da sua fonte de receita instrumental e principal -as rendas do prédio de rendimento- do equilíbrio da situação económica e financeira global e nacional. Esta situação recomenda, pois, gestão prudente e um nível de reservas próximo do montante do orçamento anual.

2.2. O ANO DE 2023

2.2.1. RESULTADO LÍQUIDO E RESULTADO OPERACIONAL

A Fundação apresentou no ano 2023 receitas totais no montante de 1 904 576,52€ e custos totais de 1 722 023,60 registando ambos os montantes acréscimos face ao ano anterior, respetivamente, de cerca de 5,7% e de 1,7%.

Em resultado da dinâmica das receitas e custos totais, a Fundação regista no ano de 2023, pelo décimo ano consecutivo, um resultado líquido de exercício positivo (e 67% superior ao verificado no ano anterior), no montante de 182 552,92€, consolidando, assim, a rotura duradoura, com o ciclo de resultados negativos históricos verificados na década anterior e até 2013 (inclusive).

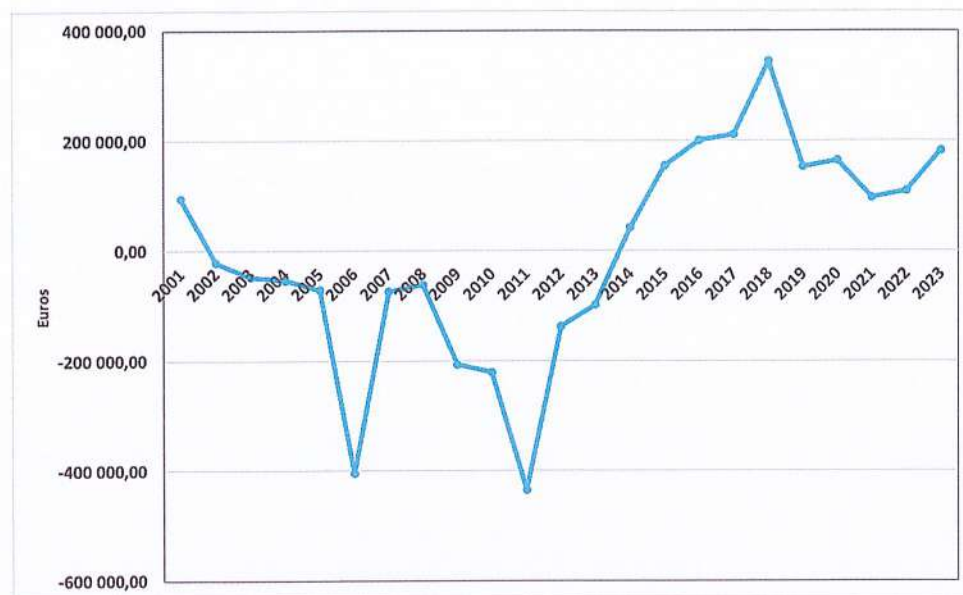


GRÁFICO N.º 10 – Resultados Líquidos (2001 – 2023)

O resultado operacional em 2023, antes de amortizações e juros, é de 272 530,42€ (por contraponto ao resultado correspondente orçamentado para o ano – de 118 980,00€).

Como objetivos económico-financeiros identificados no Plano e Orçamento 2023 destacavam-se:

- i) A elevação da receita proveniente da atividade dos serviços de saúde em cerca de 7,5%.

- ii) Um crescimento de 51% da receita proveniente de subsídios e donativos, por força da inclusão nesta rubrica do subsídio do ISS resultante do Protocolo celebrado no final do ano de 2021;
- iii) A manutenção da receita anual proveniente diretamente das rendas do Amoreiras 19, dado o estado tendencialmente cheio do edifício;
- iv) O aumento em cerca de 8% dos custos de depreciação/amortização, consequentes da concretização de um plano de investimentos, no montante global superior a 220 mil €, viabilizando intervenções importantes e reconhecidamente inadiáveis na sede da instituição.

A Evolução da Receita de Saúde

No decurso do ano de 2023 a atividade de saúde eleva-se 8% e a respetiva receita direta em cerca de 10%, ultrapassando, assim, o objetivo definido para o ano. No contexto do período estratégico é de destacar que este é o primeiro ano não marcado pelas restrições de mobilidade presentes na pandemia que, no primeiro ano, implicou uma quebra abrupta da atividade de saúde da Fundação. Tendo isso presente é, pois, importante sublinhar que, ao cabo de 2023, estão superados os constrangimentos enfrentados por esse motivo e a receita direta da atividade de saúde exhibe um efetivo crescimento face à verificada no ano pré-pandemia (2019) superior a 23%.



O segundo facto a destacar é o de que se reveste de especial importância (tal como projetado) o papel que a receita proveniente dos serviços especiais tem na dinâmica de crescimento da receita de saúde. Estes últimos são, em regra, serviços muito especializados, assentes em recursos tecnológicos, que se tornaram possíveis como resultado do investimento tecnológico efetuado ao longo dos últimos anos nos serviços de saúde da Fundação. No ano de 2023, comparativamente ao ano anterior, a receita proveniente destes serviços cresce 27,7%, passando a representar cerca de 23% do total da receita direta da saúde (recorde-se que no exercício anterior este peso relativo se situava nos 19,7%).

Importa, por fim, referir que:

- a. Face a uma proporção da receita de saúde no total da receita operacional da Fundação (que até 2012 nunca ultrapassou os 7% e que em 2019 se cifrava em 16,6%), no ano de 2023, esta receita atinge uma proporção de 19,2%.
- b. Face à meta estratégica para este indicador -receita direta de saúde- para o final do ano de 2025 (400 mil€), o montante registado no ano de 2023 representa já uma realização de 91,4% do objetivo.

A Exploração do Património

Apesar das crises de contexto global em presença foi possível observar um crescimento relativo das receitas provenientes do património da Fundação, de mais 8,9% face ao ano anterior.

Foi registada no exercício uma receita proveniente de rendas no montante de 1,229 milhão de €, representando estas 64,7% do total de receitas operacionais.

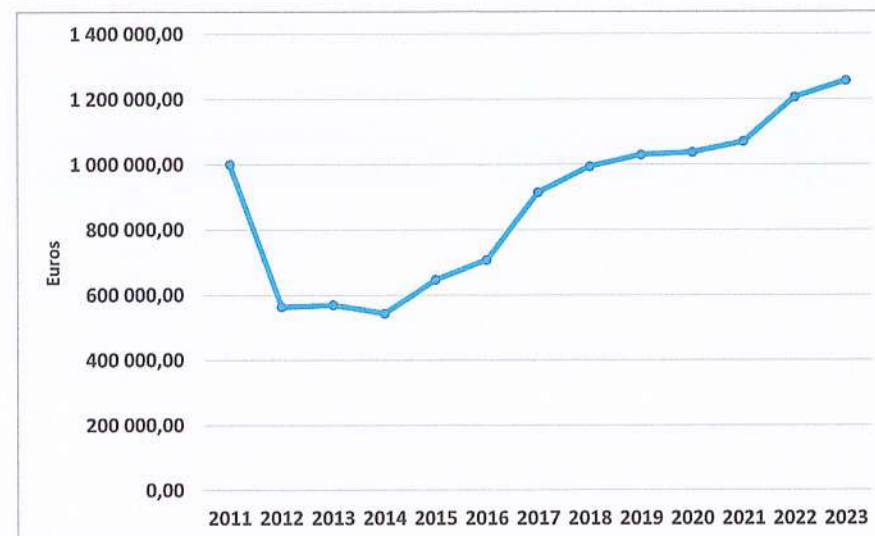


GRÁFICO Nº 11 – Rendas cobradas (2011 – 2023)



Importa, pois, referir que:

- a. Apesar do único prédio de rendimento da Fundação, existente até ao final de 2023, manter o nível de ocupação máximo desde o ano anterior, a receita proveniente desta fonte cresce numa proporção superior à da inflação, ultrapassando mesmo o montante orçamentado para o ano.
- b. Face aos cenários económico-financeiros presentes no Plano Estratégico o montante registado em rendas no ano de 2023 já ultrapassa os respetivos montantes previstos naquela sede para o ano 2025 (situados entre 1,08 e 1,125 milhão de €).

Os Subsídios e Donativos

Tendo sido pressuposto do orçamento 2023 obter um montante total de subsídios e donativos no montante de 324,6 mil € (correspondentes a 17% da receita operacional estimada), estes cifraram-se, no ano, no montante de 277,1 mil €, correspondendo a cerca de 14,6% da receita operacional observada.

O contributo mais significativo para o montante registado foi dado pelo Protocolo celebrado com o ISS no final de 2021 e renovado em setembro de 2023 (e que acolhe o contributo da Fundação no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce em todo o ano de 2023).

O subsídio correspondente (no montante de 150,9 mil €) representou 54,5% do total de donativos/subsídios do ano, e, em consequência, 7,9% das receitas operacionais da Fundação.

Dignos de destaque ainda:

- i) os donativos consignados da SEMAPA, que representam 32,9% do total da rubrica de subsídios/donativos do ano;
- ii) o quarto ano consecutivo de donativo da EUROCHILD, representando no ano 2,6% do total de donativos do ano;
- iii) as verbas provenientes da consignação de IRS e de IVA por parte de particulares, que, tendo representado no ano cerca de 3,7% do total de donativos/subsídios, reduziram no entanto, face ao ano anterior, em 16%;
- iv) a existência de verbas provenientes de outras entidades privadas, nomeadamente a Ticket Restaurant de Portugal (que co-financiou a campanha Primeiros Anos. A Nossa Prioridade) e que, no conjunto representaram 4,6% do total dos donativos;
- v) o reconhecimento do montante de 4 698,50€ de donativos da NAVIGATOR efetuados em anos anteriores e materializados em investimentos de equipamentos clínicos e cujo reconhecimento no exercício anual só é possível a par da respetiva depreciação.



E, por fim uma referência a que o montante registado se encontra no intervalo previsto para esta rubrica, no ano de 2025, face aos dois cenários do Plano Estratégico, mas, mais próximo do Cenário 1-354 mil € (vide anexo IV), ou seja, a cerca de 80% deste objetivo.

A Estrutura da Receita

No ano de 2023 a receita operacional aumenta cerca de 6,3% (um aumento proporcionalmente superior ao observado no total de receitas). Este crescimento deve-se ao efeito combinado dos crescimentos da receita da saúde e do Amoreiras 19 já anteriormente aludidos (de aproximada e respetivamente de 10% e 9%), mas também ao aumento de cerca de 12% do montante anual na rubrica subsídios/donativos.

Como já referido, na estrutura da receita operacional:

- i) a atividade de saúde atinge o peso relativo de 19,2% (um dos máximos na história da instituição);
- ii) as receitas provenientes de rendas e de outros rendimentos e ganhos que não donativos/subsídios situam-se na ordem dos 66%;
- iii) e os donativos apresentam uma expressão na ordem dos 14,6%.

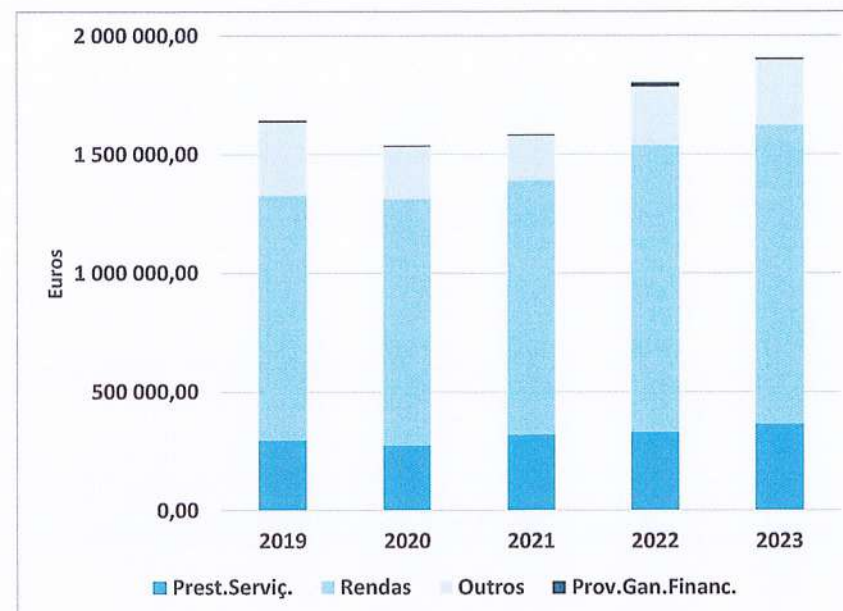


GRÁFICO Nº 12 – Estrutura da Receita Total (2019 – 2023)

Digno de nota o facto de os montantes das receitas, operacional e total, verificados no ano de 2023, serem já superiores às almejadas no cenário mais favorável do Plano Estratégico 2025 (ambas na ordem dos 1,8 milhão de €).

Handwritten signature in blue ink.



A Estrutura dos Custos

Em linha com o programado, no ano de 2023 (e à semelhança do já verificado em 2022), regista-se o crescimento dos custos com depreciação/amortização, fruto do elevado nível de investimentos projetados e concretizados nestes anos (montantes na ordem dos 200 mil€). Registando um aumento de 8,5% no ano, os custos com depreciações, mantêm, no entanto, uma representatividade na ordem dos 5,5% face aos custos totais (em 2019 representavam 7,3%, em 2020, 6,1%, em 2021, 5,7%).

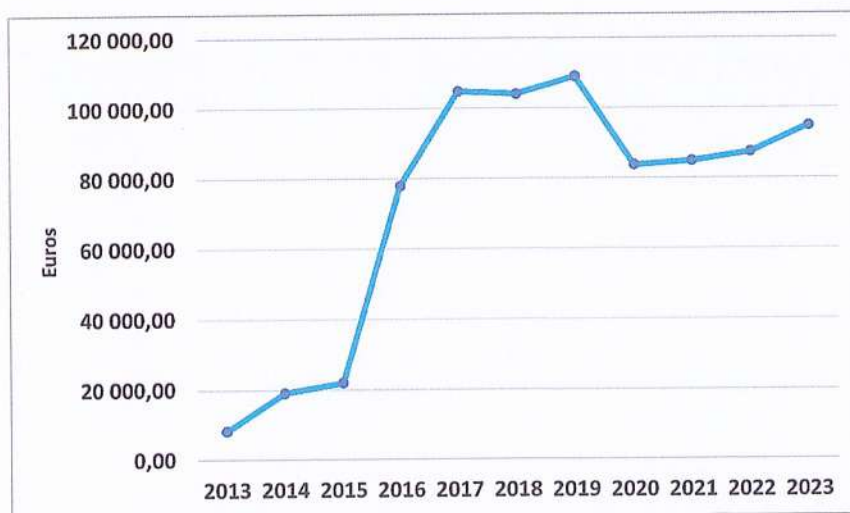


GRÁFICO Nº 13 – Evolução das Amortizações (2013 – 2023)

Na análise da evolução dos custos operacionais (que observam todos os limites orçamentados) releva destacar, face ao ano anterior:

- i) o crescimento de 8,7% da rubrica de Fornecimento e Serviços Externos, induzida essencialmente por três fatores: i) pela via da incorporação do aumento do rendimento mínimo mensal garantido nos serviços assentes em pessoal, caso da vigilância e da limpeza de instalações; ii) pela pressão de aumento dos honorários dos prestadores na área da saúde; iii) pela contratação de trabalhos especializados necessários ao desenvolvimento de projetos no quadro do Plano Estratégico, de que é exemplo a adoção do Processo Clínico Eletrónico;
- ii) apesar do crescimento da atividade de saúde, o custo com matérias consumidas e mercadorias reduziu no ano cerca de 16,5% (dado o controlo da pandemia da COVID e do continuado e correspondente reajustamento dos níveis de proteção a esse facto);
- iii) a manutenção da despesa de pessoal;
- iv) Uma evolução negativa das imparidades sobretudo devidas a novas dividas de inquilinos.



Deste modo, na estrutura de custos totais, sofrem pequenas alterações os pesos relativos das rubricas de: i) M. Primas consumidas- na ordem do 0,9% (1% no ano anterior); ii) Fornecimentos e Serviços Externos- na ordem dos 36%; (no intervalo 29,97%-34% nos quatro anos anteriores); e iii) Pessoal -51,4% (no intervalo 52%- 56,7% os três anos anteriores).

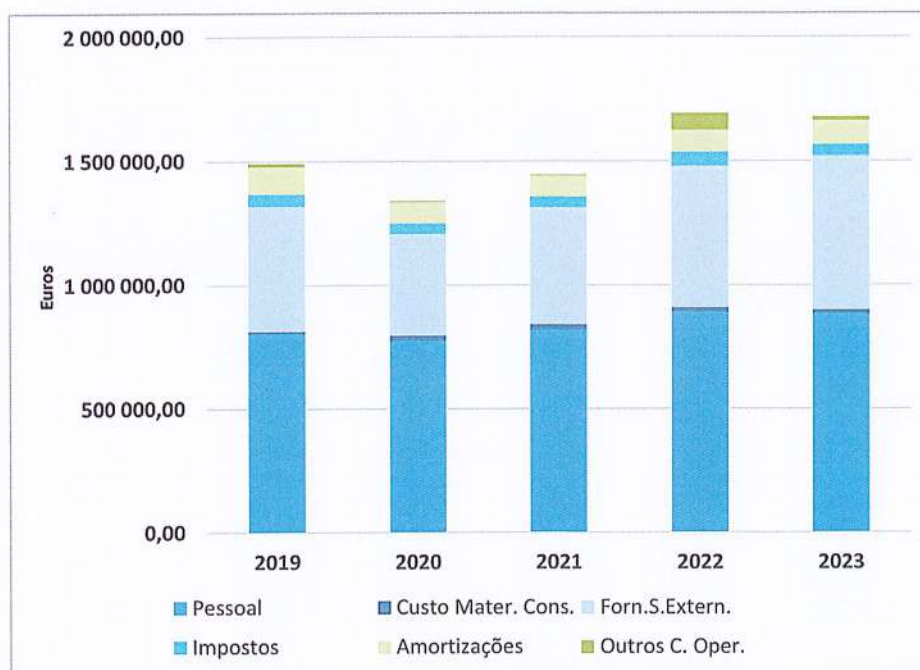


GRÁFICO N.º 14 – Evolução da Estrutura de Custos Totais (2019 – 2023)

²¹ Trata-se de um limite estabelecido para as despesas de pessoal e de administração, segundo a alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de

De notar, por fim que:

- a. a rubrica de Pessoal, continua a cumprir cabalmente o limite previsto na Lei-Quadro das Fundações²¹ para as fundações privadas com estatuto de utilidade pública, cuja atividade consista predominantemente na prestação de serviços à comunidade e que é de 75% em função dos seus rendimentos anuais;
- b. o montante total dos custos se contém na ordem dos 1,7 milhões de € previsto para 2025, no quadro do cenário estratégico 1.

2.2.2. O Balanço

O Balanço apresentava, em 31 de dezembro de 2023, um total no Ativo da ordem dos 10,234 milhões de euros – 9,033 milhões de euros no Ativo não corrente e 1,201 milhões de euros no Ativo corrente.

Comparativamente com o ano 2022, o ano de 2023 regista uma valorização do Ativo de 10,5%, resultante:

- i) De um aumento de 26,8% do ativo não corrente (no montante de 1,907 milhão de €);

9/7, na nova redação dada pela Lei n.º 67/2021, de 25/8. O incumprimento deste limite implica a revogação do estatuto de utilidade pública por parte da Fundação.



- ii) De uma redução de 43,8% do ativo corrente (no montante de cerca de 936 mil €).

No que respeita à redução do Ativo Corrente e em comparação com o ano anterior, merecem especial destaque:

- a. a redução de 53% do montante em inventários, devida no essencial a reclassificações e regularizações, mas também a um menor volume de compras;
- b. a redução de 88% das dívidas do Estado e outros entes públicos, em especial a autoridade tributária e aduaneira no que respeita ao reembolso de IVA a IPSSs;
- c. a redução, em 33,8%, de outros créditos a receber, sobretudo devido ao desempenho de particulares e entidades privadas;
- d. e, como motivo mais significativo, a redução em cerca de 44,5% do montante disponível em “Caixa e Depósitos Bancários” (menos 899 mil €).

O montante do Total do Passivo – 1,294 mil de €- aumenta, no ano e face ao do ano anterior, em cerca de 793,1 mil € (ou seja, 158%). Este aumento é integralmente devido ao aumento do Passivo Não Corrente (que regista um aumento de 800,5 mil€ no ano), uma vez que o Passivo Corrente regista até uma redução em cerca de 1,5%.

No Passivo não corrente houve lugar à constituição de novas Provisões no montante de 36 280€ (na sequência, nomeadamente, de um processo de contra-ordenação sobre o qual a Fundação apresentou reclamação, não tendo até ao momento presente sido obtida qualquer resposta/decisão).

Para melhor entendimento das diferenças significativas entre os Balanços de 2022 e 2023 (valorização do Ativo não corrente, redução do montante em “caixa e depósitos” no Ativo corrente e aumento do Passivo Não Corrente) torna-se necessário referir a aquisição efetuada a 27 de dezembro de 2023 de duas frações do imóvel Primolisboa. Esta aquisição visa o reforço da base patrimonial da Fundação e o aumento do rendimento proveniente de rendas de modo a suportar de modo mais estável e perene a atividade de saúde por natureza deficitária (dado o posicionamento de saúde pública, o suporte pela Fundação dos custos diretos da prestação a população isenta e/ou bonificada e a falha de mercado na área do neuro desenvolvimento com pressão, crescente e incontrolada, de procura de mais serviços). A referida aquisição foi efetuada pelo montante de 1,810 milhões de € e suportada parcialmente pela contração de um empréstimo junto do Bankinter, S.A. no montante de 800 mil €, a um prazo de 15 anos. Estas operações foram concretizadas pelo Conselho Executivo no quadro das delegações prévias emanadas do Conselho Geral, em abril de 2023, e no respeito pelos limites nas mesmas estabelecidos.



Por fim, os Fundos Patrimoniais sofrem uma valorização no ano de 2%, no montante de 177 854, 42€, essencialmente resultado da obtenção no exercício de um resultado líquido positivo de 182,5 mil € e do efeito líquido da capitalização de doações para investimento no montante de 4.698,50 € negativos.



3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Valores em Euros	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	9 016 848,92	7 117 883,77
Ativos intangíveis	5	16 615,35	8 269,15
		9 033 464,27	7 126 152,92
Ativo corrente			
Inventários	6	9 167,47	19 580,25
Clientes	25	2 348,94	-
Estado e outros Entes Públicos	7	910,38	7 765,37
Créditos a receber	8	57 448,28	86 780,62
Diferimentos	16	11 607,37	4 611,44
Caixa e depósitos bancários	10	1 119 753,09	2 018 812,93
		1 201 235,53	2 137 550,61
Total do ativo		10 234 699,80	9 263 703,53
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	2 261 729,41	2 261 729,41
Resultados transitados	12	6 473 594,63	6 364 337,84
Outras variações nos fundos patrimoniais	13	22 181,88	26 880,38
		8 757 505,92	8 652 947,63
Resultado líquido do período		182 552,92	109 256,79
Total dos fundos patrimoniais		8 940 058,84	8 762 204,42
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	53 442,02	17 162,02
Financiamentos obtidos	26	764 300,55	-
		817 742,57	17 162,02
Passivo corrente			
Fornecedores	15	28 032,34	24 056,21
Estado e outros Entes Públicos	7	35 579,13	33 051,48
Financiamentos obtidos	26	35 699,45	-
Diferimentos	16	108 915,92	109 347,31
Outros passivos correntes	17	268 671,55	317 882,09
		476 898,39	484 337,09
Total do passivo		1 294 640,96	501 499,11
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		10 234 699,80	9 263 703,53

Quadro IV

3.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Valores em Euros	Notas	2023	2022
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	18	365 485,95	332 340,98
Subsídios, doações e legados à exploração	19	277 131,11	247 365,07
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(15 093,22)	(18 076,00)
Fornecimentos e serviços externos	20	(620 770,26)	(571 145,77)
Gastos com o pessoal	21	(884 412,60)	(891 019,92)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(8 280,53)	1 120,90
Provisões (aumentos/reduções)	14	(36 280,00)	-
Outros rendimentos	22	1 257 061,78	1 205 870,03
Outros gastos	23	(62 311,81)	(125 632,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		272 530,42	180 823,29
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(94 875,18)	(87 480,12)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		177 655,24	93 343,17
Juros e rendimentos similares obtidos	18	4 897,68	15 913,62
Resultados antes de impostos		182 552,92	109 256,79
Resultado líquido do período		182 552,92	109 256,79

Quadro V

As notas seguintes são parte integrante das presentes demonstrações financeiras.

Lisboa, 15 de março de 2024

O Concelho Executivo,

Paulo Lopes de Oliveira

O Contabilista Certificado,

HERASIMÕES PILO



3.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DE 1 DE JANEIRO DE 2022 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores em Euros	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2022	1	2 261 729,41	6 267 464,99	31 578,88	96 872,85	8 657 646,13
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Recebimento de donativo para investimento						-
Donativos - transferência para rendimentos do exercício	13 e 19	-	-	(4 698,50)	-	(4 698,50)
		-	-	(4 698,50)	-	(4 698,50)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7				109 256,79	109 256,79
RESULTADO INTEGRAL	8					
	4=2+3				109 256,79	109 256,79
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Transferência do resultado líquido do período para resultados transitados	12	-	96 872,85	-	(96 872,85)	-
	5	-	96 872,85	-	(96 872,85)	-
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	6=1+2+3+4	2 261 729,41	6 364 337,84	26 880,38	109 256,79	8 762 204,42

Valores em Euros	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2023	6	2 261 729,41	6 364 337,84	26 880,38	109 256,79	8 762 204,42
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Recebimento de donativo para investimento						-
Donativos - transferência para rendimentos do exercício	13 e 19	-	-	(4 698,50)	-	(4 698,50)
		-	-	(4 698,50)	-	(4 698,50)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7				182 552,92	182 552,92
RESULTADO INTEGRAL	8					
	9=7+8				182 552,92	182 552,92
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Transferência do resultado líquido do período para resultados transitados	12	-	109 256,79	-	(109 256,79)	-
	10	-	109 256,79	-	(109 256,79)	-
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	6+7+8+10	2 261 729,41	6 473 594,63	22 181,88	182 552,92	8 940 058,84

Quadro VI

As notas seguintes são parte integrante das presentes demonstrações financeiras.

CUIDAMOS HOJE DO AMANHÃ



3.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Valores em euros	Notas	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO			
Recebimentos de clientes e utentes		347 108,51	328 193,62
Pagamento a fornecedores		451 399,13	711 596,28
Pagamentos ao pessoal		1 367 987,76	1 042 899,46
Caixa gerada pelas operações		(1 472 278,38)	(1 426 302,12)
Outros recebimentos/pagamentos		1 495 446,05	1 355 018,53
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		23 167,67	(71 283,59)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		2 000 520,90	142 929,24
Activos intangíveis		-	3 571,27
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		11 648,46	6 114,04
Juros e rendimentos similares		4 638,19	15 934,17
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(1 984 234,25)	(124 452,30)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		800 000,00	-
Doações e subsídios		262 006,74	254 736,84
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		1 062 006,74	254 736,84
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)		(899 059,84)	59 000,95
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO	10	2 018 812,93	1 959 811,98
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	10	1 119 753,09	2 018 812,93

Quadro VII

As notas seguintes são parte integrante das presentes demonstrações financeiras.



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Nas presentes notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

1. Identificação da entidade

Designação: Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso
Sede Social: Av. Dr. Mário Moutinho (ao Restelo), Lisboa
Fundos: € 2.261.729,41
N.I.P.C.: 500 847 754

A Fundação da Nossa Senhora do Bom Sucesso ("Fundação") foi constituída em 7 de março de 1951 e dedica-se a fins de saúde e de desenvolvimento humano. Na prossecução dos seus fins a Fundação atende em especial:

- À promoção e proteção da saúde materno-infantil, bem como à prevenção e controlo da doença; e
- À proteção e apoio às crianças e jovens, nomeadamente àqueles que, desinseridos de meio familiar normal, se encontrem ao abrigo e proteção de outras instituições de solidariedade social, bem como à família.

A Fundação, com observância do disposto na lei e nos seus estatutos, pode adquirir, alienar ou onerar bens móveis, imóveis e direitos,

incluindo participações sociais ou financeiras, e contrair obrigações, incluindo empréstimos, bem como realizar investimentos, em Portugal ou no estrangeiro, nos termos que entenda como adequados à prossecução dos seus fins ou à realização de uma aplicação mais produtiva ou segura dos valores do seu património.

Constituem rendimentos da Fundação:

- Os rendimentos das prestações de serviços (Nota 18);
- Os rendimentos dos seus bens, móveis ou imóveis, e de capitais próprios (Nota 22);
- Os subsídios do Estado, das autarquias locais ou de outras entidades, públicas ou privadas (Nota 19); e
- Os rendimentos provenientes de heranças, legados e doações que venham a ser instituídos a seu favor, bem como de donativos, produtos de festas e subscrições e, bem assim, de quaisquer direitos que a Fundação venha por outro modo a adquirir (Nota 19).

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e autorizadas para emissão pelo Conselho Executivo a 15 de março de 2024.



2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com as normas que compõem o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL), o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas a Norma Contabilística de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), o código de contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL) e os modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada: (i) as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI); (ii) as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e (iii) as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e as respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Nas demonstrações financeiras anexas, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Fundação, foram consideradas as seguintes bases de preparação:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Fundação.

Regime da periodização económica (ou do acréscimo)

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as seguintes definições e critérios:

- Um ativo é um recurso controlado pela Fundação como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a Fundação benefícios económicos futuros.
- Um passivo é uma obrigação presente da Fundação proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte um efluxo de recursos da Fundação incorporando benefícios económicos futuros.
- Os fundos patrimoniais são os interesses residuais nos ativos da Fundação depois de deduzir todos os seus passivos.
- Os rendimentos são aumentos dos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos nos fundos patrimoniais, que não sejam os relacionados com as contribuições de instituidores.



- Os gastos são diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de efluxos ou depreciação de ativos ou na ocorrência de passivos que resultem em diminuições de fundos patrimoniais.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas na rubrica do ativo Créditos a receber, em Devedores por acréscimos de rendimento. Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao exercício e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica Outros passivos correntes, em Credores por acréscimos de gastos.

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de Diferimentos, em Rendimentos a reconhecer ou Gastos a reconhecer, respetivamente.

Consistência e apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens das demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na

natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (ii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iii) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

Materialidade e agregação

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Fundação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados para as ESNL.

Compensação

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

[Handwritten signature]
28/11/23



Não se consideram compensações (i) a mensuração de ativos líquidos de deduções de valorização, (ii) a dedução da quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume obtidos ou concedidos, (iii) a dedução ao produto da alienação de ativos não correntes da quantia escriturada do ativo e dos gastos de venda relacionados, e (iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023. Não existem contas de balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo ou ao custo considerado, no caso da propriedade de investimento, deduzido das

correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (Nota 5).

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Fundação.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos do período no ano em que ocorrem à medida que são incorridos, de acordo com o regime de acréscimo.

A Fundação procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base na melhor estimativa das atividades presentes e futuras do ativo para a Fundação.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sobre o custo ou o custo considerado, sendo utilizado o método das quotas constantes e aplicando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:



Descrição	Vida Útil Estimada (anos)
Edifícios e outras construções	100
Equipamentos :	
Equipamento Básico Imagiológico	3
Equipamento Básico Outro	12
Ferramentas e Utensílios	8
Equipamento Administrativo	10 - 12
Outros ativos fixos tangíveis	6 - 12

Os terrenos onde estão assentes os edifícios não são depreciados.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzido dos gastos de transação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados como outros rendimentos ou outros gastos (operacionais).

3.2 Imparidade de ativos não correntes

Os ativos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzidos os gastos para venda e o seu valor de uso.

Para realização de testes por imparidade os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente os fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo individualmente para cada ativo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as referidas perdas por imparidade já não existem ou diminuíram.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como rendimento operacional. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.



3.3 Inventários

Os inventários são constituídos por matérias-primas, subsidiárias e de consumo que se encontram valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio (Nota 6).

3.4 Créditos a receber

Os Créditos a receber correntes são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, e subsequentemente de acordo com o custo amortizado, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas (Nota 8).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber (Nota 9) e são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.5 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, com maturidade

inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor (Nota 10).

3.6 Provisões

São reconhecidas provisões sempre que a Fundação tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, em que seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 14).

3.7 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo, que incluem benefícios monetários (tais como salários, ordenados, subsídios e contribuições para a segurança social) e benefícios não monetários (tais como cuidados médicos ou serviços gratuitos ou subsidiados), relativos aos empregados correntes são contabilizados pela quantia não descontada que se espera que seja paga (custo da obrigação) (Nota 21).

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de



subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica Outros passivos correntes (Nota 17).

Os benefícios de cessação de emprego, uma vez que não proporcionam à Fundação futuros contributos para o desenvolvimento das suas atividades presentes e futuras, são reconhecidos imediatamente como um gasto.

3.8 Fornecedores e Outros passivos correntes

Os Fornecedores e Outros passivos correntes são constituídos pelos saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar correntes e são registados pelo seu valor nominal, i.e., ao custo (Notas 15 e 17).

3.9 Estado e outros entes públicos

Os saldos a pagar e/ou a receber destas entidades, relativos a impostos, contribuições e taxas são mensurados pela quantia que se espera que seja recuperada/paga de/às autoridades fiscais e outras, utilizando-se as leis em vigor à data do balanço (Nota 7).

3.10 Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

3.11 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia eventual de qualquer desconto comercial e de quantidades concedidos pela Fundação.

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados, com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço e pelo justo valor do montante recebido ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos (Nota 18).



3.12 Subsídios e doações

Os subsídios do Estado e outros entes públicos e as doações de outras entidades só são reconhecidos após existir segurança de que a Fundação cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios e doações serão recebidos.

Os subsídios e as doações relacionados com ativos são subvenções cuja condição primordial da atribuição é o compromisso por parte da Fundação em adquirir ativos fixos tangíveis. Estas subvenções são reconhecidas inicialmente nos Fundos patrimoniais (Nota 13) e posteriormente reconhecidas como rendimento na proporção das depreciações dos ativos subsidiados (Nota 19).

Os subsídios e os donativos à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Fundação por custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar (Nota 19). Os subsídios e os donativos relacionados com gastos futuros são reconhecidos no passivo na rubrica “Diferimentos” (Nota 16).

Os subsídios e doações monetárias são registados pela sua quantia nominal. Os subsídios e doações não monetários são registados pelo justo valor do ativo não monetário ou pela quantia nominal quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade.

3.13 Imposto sobre o rendimento

A Fundação na Nossa Senhora do Bom Sucesso é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (“IPSS”) desde 30 de outubro de 1987 e tem reconhecida a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) desde 13 de fevereiro de 1990.

Nos termos do artigo 10º, n.º 1 alínea b) do CIRC, estão isentas de IRC as instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

3.14 Clientes

Nesta rubrica incluem-se as quantias de ativos financeiros relativos a dívidas a receber de clientes líquidas de perdas de imparidade acumuladas, à data de relato.

3.15 Financiamentos

Compreende as quantias referentes a passivos financeiros classificados como não correntes.



3.16 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.17 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Imparidade de créditos a receber

As perdas por imparidade de contas a receber são calculadas essencialmente com base na sua antiguidade, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

Provisões

São reconhecidas provisões sempre que a Fundação tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

O Conselho Executivo considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de

forma adequada o Balanço da Fundação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.18 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho Executivo da Fundação quaisquer situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da instituição.

3.19 Principais fontes de incertezas de estimativas

As principais fontes de incertezas das estimativas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são alteradas as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal não seja permitido pela NCRF-ESNL ou que seja de todo impraticável. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são coerentes com os utilizados na preparação das demonstrações

[Handwritten signatures]



financeiras em 31 de dezembro de 2022, não existindo quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas e/ou erros.

5. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

No decurso dos exercícios de 2023 o movimento ocorrido nos “Ativos Fixos Tangíveis” bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

Valores em euros	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Custo						
Saldo em 1 de janeiro de 2022	1 704 054,08	5 644 089,18	318 254,59	402 230,92	214 058,39	8 282 687,16
Aquisições	-	105 764,81	15 856,24	31 635,41	1 280,88	154 537,34
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1 704 054,08	5 749 853,99	334 110,83	433 866,33	215 339,27	8 437 224,50
Aquisições	452 500,00	1 481 373,24	18 053,89	39 812,18	-	1 991 739,31
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2 156 554,08	7 231 227,23	352 164,72	473 678,51	215 339,27	10 428 963,81
Depreciações acumuladas						
Saldo em 1 de janeiro de 2022	-	(482 743,99)	(260 345,74)	(352 473,50)	(137 017,38)	(1 232 580,61)
Aumentos	-	(55 947,11)	(9 348,57)	(8 690,69)	(12 773,75)	(86 760,12)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(538 691,10)	(269 694,31)	(361 164,19)	(149 791,13)	(1 319 340,73)
Aumentos	-	(58 190,01)	(11 347,91)	(11 982,89)	(11 253,35)	(92 774,16)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(596 881,11)	(281 042,22)	(373 147,08)	(161 044,48)	(1 412 114,89)
Valor contabilístico em 1 de janeiro de 2022	1 704 054,08	5 161 345,19	57 908,85	49 757,42	77 041,01	7 050 106,55
Valor contabilístico em 31 de dezembro de 2022	1 704 054,08	5 211 162,89	64 416,52	72 702,14	65 548,14	7 117 883,77
Valor contabilístico em 31 de dezembro de 2023	2 156 554,08	6 634 346,12	71 122,50	100 531,43	54 294,79	9 016 848,92

Handwritten signature and date: 15



Os principais ativos da Fundação são o edifício da Sede e dois outros imóveis (Nota 22), também sito em Lisboa e os terrenos inerentes. O acréscimo na rubrica Edifícios e outras construções refere-se á aquisição de novas frações (Fração G; D e alguns lugares de estacionamento da fração A) no Edifício Primolisboa na Av. Marques Tomar em Lisboa no montante global de 1 810 000,00 euros, os restantes investimentos são do âmbito de obras de conservação, com especial destaque para as obras no pavimento e pintura do edifício exterior da Sede.

Na rubrica de equipamento básico foi o investimento de maior expressão consubstanciando na substituição da Sonda do Ecógrafo, a aquisição de um cardiocógrafa também este para substituição do anterior.

O aumento nas rubricas de Equipamento Administrativo está relacionado com o investimento em progresso tecnológico e substituição de equipamentos.

No decurso dos exercícios de 2023 o movimento ocorrido nos “Ativos Intangíveis” bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

Valores em euros	Programas de Computador	Total
Custo		
Saldo em 1 de janeiro de 2022	-	-
Aquisições	8 989,15	8 989,15
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8 989,15	8 269,15
Aquisições	10 447,22	10 447,22
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19 436,37	19 436,37
Amortizações acumuladas		
Saldo em 1 de janeiro de 2022	-	-
Aumentos	(720,00)	(720,00)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(720,00)	(720,00)
Aumentos	(2 101,02)	(2 101,02)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2 821,02)	(2 821,02)
Valor contabilístico em 31 de dezembro de 2023	16 615,35	16 615,35

As aquisições de Ativos Intangíveis estão essencialmente ligadas a Software de Gestão nos diversos programas da Fundação.

As Amortizações e Depreciações do ano 2023 e 2022, foram conforme segue:

Valores em euros	2023	2022
Depreciações - Ativos Fixos Tangíveis	(92 774,16)	(86 760,12)
Amortizações Ativos Intangíveis	(2 101,02)	(720,00)
Total	(94 875,18)	(87 480,12)



6. Inventários

No decurso dos exercícios de 2023 e 2022 o movimento ocorrido nos “Inventários” bem como o apuramento do respetivo custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, foi conforme segue:

Valores em euros	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventário em 1 de janeiro de 2022	24 082,17
Compras	13 660,48
Reclassificações e regularizações	(86,40)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(18 076,00)
Inventário em 31 de dezembro de 2022	19 580,25
Compras	11 104,94
Reclassificações e regularizações	(6 424,50)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(15 093,22)
Inventário em 31 de dezembro de 2023	9 167,47

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica Inventários respeita integralmente a existências de medicamentos e artigos de saúde. O decréscimo de 2023 em comparação com 2022 deve-se à diminuição de compras de artigos, otimização dos stocks, e por outro lado foram identificados artigos obsoletos no valor de 6 424, 50 euros, os quais irão ser abatidos e recolhidos pelas entidades competentes no decorrer do ano seguinte.

7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros entes públicos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos com estas entidades detalham-se como segue:

Valores em euros	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) - reembolsos pedidos	910,38	7 765,37
Total	910,38	7 765,37
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	15 972,44	14 357,15
Segurança social	19 596,31	18 683,95
Outros Impostos e Taxas	10,38	10,38
Total	35 579,13	33 051,48

A diminuição de valor da rubrica do Estado em ativo respeita ao valor a receber de reembolso do IVA, o qual no final do ano apresentava um saldo mais baixo.

Na rubrica do Estado em passivo o aumento é impulsionado pelos impostos do trabalho dependente, e independente pelo acréscimo da massa salarial e do aumento da prestação dos trabalhadores independentes, assim como as contribuições obrigatórias dos trabalhadores independentes terem passado de 6 826 Euros de 2022 para 8 617,63 Euros em 2023.



8. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica Créditos a receber detalha-se conforme segue:

Valores em euros	31/12/2023	31/12/2022
Devedores p/ acréscimo de rendimentos		
Seguradoras	93,50	160,00
Laboratórios	133,75	19,50
Entidades do setor público administrativo	5 965,92	4 035,27
Utentes	-	180,04
Inquilinos	730,43	
Outros	3 248,42	25 854,70
Total	10 172,02	30 249,51
Entidades Setor Publico		
Entidades do setor público administrativo	21 687,75	17 919,15
Total	21 687,75	17 919,15
Outros Devedores		
Seguradoras	1 856,59	983,50
Laboratórios	261,23	209,90
Inquilinos	154 416,82	144 650,51
Outros devedores	8 712,96	24 449,56
Perdas por Imparidade (nota 9)	(139 659,09)	(131 681,51)
Total	25 588,51	38 611,96
Total	57 448,28	86 780,62

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica Inquilinos respeitava essencialmente a rendas a receber nos montantes de, respetivamente, € 154 416,82 e € 144 650,51.

Nos Devedores por acréscimo de rendimentos regista-se uma diminuição na rubrica de Outros motivada pela regularização do

reconhecimento do rendimento referente à Indeminização pela inundação ocorrida em maio de 2022 no Edifício das Amoreiras (Lisboa), no montante de € 25 414,16. Apresentando este ano um saldo de € 3248,42 referente ao reconhecimento do subsidio do projeto Euro Child no montante de € 3000 referente a 2023 recebido em janeiro de 2024.

O aumento da rubrica de Entidades do Sector Publico está relacionado com o valor em dívida da ADSE em 31 de dezembro de 2023, no montante de € 21 687,75 (2022: € 17 919,15).

9. Imparidade de dívidas a receber

O movimento ocorrido nos exercícios de 2023 e 2022 na rubrica de Imparidade de dívidas a receber foi como segue:

Valores em euros	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(131 681,51)	(132 802,41)
Reforços	(15 001,53)	(18 068,06)
Reversões	7 023,95	19 188,96
Utilizações		
Saldo final	(139 659,09)	(131 681,51)
Gastos com perdas/ reversões	8 280,53	-1 120,90

Em 31 de dezembro de 2023 o valor da Imparidade de dívidas a receber reparte-se da seguinte forma: (i) Inquilinos no montante de € 139.422,76 (2022: € 130.334,99) e (ii) outros devedores no montante de €236.33 (2022: 529,62).



As reversões ocorridas durante o exercício de 2023 respeitam a dívidas de Inquilinos no montante de € 6.292,55 e € 731,40.

Os reforços ocorridos durante o exercício de 2023 respeitam a dívidas de inquilinos nos montantes de € 15.001,53.

10. Caixa e depósitos bancários

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Fundação classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica “Caixa e depósitos bancários” detalha-se conforme segue:

Valores em euros	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	3 924,48	24 620,02
Depósitos à ordem	143 828,61	284 192,91
Depósitos a prazo	800 000,00	1 520 000,00
Outros depósitos	172 000,00	190 000,00
Total	1 119 753,09	2 018 812,93

Com referência a 31 de dezembro de 2023, a rubrica de Depósitos a prazo detalha-se como segue:

Instituição	Valor em euros	Vencimento	Taxa de juro
BNI - Banco Negócios Internacional	25 000,00	abril/24	1,80%
BNI - Banco Negócios Internacional	75 000,00	maio/24	3,15%
BIG - Banco de Investimento Global	150 000,00	janeiro/24	0,60%
Banco Finantia	450 000,00	dezembro/24	1,85%
Bankinter	100 000,00	abril/25	5,90%
Total	800 000,00		

As aplicações supramencionadas vencem juros a taxas compreendidas no intervalo entre os 0,6% e os 5,90%, podendo ser mobilizadas antecipadamente sem perda de capital.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros depósitos” nos montantes de, respetivamente, €172 000 e € 190 000, respeita a aplicações de muito curto prazo.

O saldo das disponibilidades a 31 de dezembro de 2023 sofreu uma quebra aproximadamente de 50%, uma vez que foram utilizados 1 000 000 euros de capitais próprios para aquisição do Ativo Edifício Primolisboa (fração G; D; parte da A), em 27 de dezembro de 2023.

11. Fundos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os Fundos ascendiam a € 2.261.729,41 e respeitavam a valores aportados pelos instituidores da Fundação em exercícios anteriores.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



12. Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os resultados transitados ascendiam a, respetivamente €6 473 594,63 e € 6 364 337,84 e respeitavam a resultados líquidos apurados em exercícios anteriores.

O valor de € 109 256,79, corresponde ao resultado líquido de 2022 transferido para resultados transitados em 2023.

13. Outras variações nos fundos patrimoniais

A Fundação celebrou com a The Navigator Company protocolos para atribuição de donativos destinados a fazer face aos custos na implementação e desenvolvimento de um projeto que visa a promoção e proteção da saúde materno-infantil, bem como para a prevenção e controlo da doença e, por sua vez, melhorar as condições de desenvolvimento Humano.

A parte dos donativos atribuídos destinados à aquisição de equipamentos médicos úteis e necessários à prossecução dos objetivos do projeto acima referido, foi reconhecida inicialmente na rubrica de Outras variações nos fundos patrimoniais e posteriormente reconhecida como rendimento na proporção das depreciações do ativo subvencionado, sendo que a parte do

donativo transferido para resultados do exercício ascende, no ano de 2023, a € 4.698,50 (2022: € 4.698,50) (Nota 19).

14. Provisões

O movimento ocorrido nos exercícios de 2023 e 2022 na rubrica de Provisões foi como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
	Outros riscos e encargos	Outros riscos e encargos
Valores em euros		
Saldo Inicial	17 162,02	40 000,00
Aumentos	36 280,00	-
Utilizações	-	22 837,98
Saldo Final	53 442,02	17 162,02

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as provisões em balanço destinavam-se a fazer face a outros riscos e encargos inerentes à atividade da Fundação, as quais foram reforçadas em 36.280 Euros para fazer face a outros riscos e encargos, que inclui o montante de 21.280 euros relativos à notificação de uma coima recebida em 2023 por parte da Câmara Municipal de Lisboa, referente a uma obra no edifício das Amoreiras, a qual já foi objeto de reclamação por parte dos nossos advogados.



15. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos a pagar a Fornecedores correntes detalham-se como segue:

Valores em euros	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores c/c - mercado nacional	28 032,34	24 056,21
Fornecedores c/c - mercado intracomunitário	-	-
Total	28 032,34	24 056,21

16. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica Diferimentos refere-se a rendimentos a reconhecer relativos a rendas antecipadas nos montantes de, respetivamente, € 104 271,52 e € 97 277,04, e subsídios relacionados com o Projeto ECD diferidos para 2024 no valor de € 4.644.40. Quanto aos Gastos a reconhecer relativos a Seguros Multirriscos € 6 612,20; Responsabilidade Civil € 41,60; Acidentes de trabalho € 4 898,64; Equipamentos € 54,93.

Valores em euros	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos a reconhecer		
Rendas antecipadas	(104 271,52)	(97 277,04)
Subsídios	(4 644,40)	(12 070,27)
Total	(108 915,92)	(109 347,31)
Gastos a reconhecer		
Seguros	11 607,37	4 611,44
Total	11 607,37	4 611,44
Total	(97 308,55)	(104 735,87)

17. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica outros passivos correntes detalha-se como segue:

Valores em euros	31/12/2023	31/12/2022
Acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar - pessoal	116 407,92	140 156,16
Seguros a Liquidar	192,95	
Outros gastos	6 022,71	12 555,64
Total	122 623,58	152 711,80
Outros passivos correntes		
Fornecedores de investimentos	10 701,42	31 158,25
Cauções	111 484,37	109 792,37
Médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde	22 820,39	22 862,93
Outros credores	1 041,79	1 356,74
Total	268 671,55	317 882,09



A diminuição na rubrica das Remunerações a Liquidar, é representativo do ajuste da necessidade de sobreposição temporária de recursos humanos em funções-chave por motivos de reforma ou de doença prolongada dos cessantes em 2022, visando a substituição de efetivos no ano, por outro lado o aumento de baixas médicas de alguns elementos do quadro também influenciou o cálculo desta rubrica. O decréscimo da rubrica de Fornecedores de investimento advém do gradual pagamento de investimentos efetuados essencialmente no Edifício das Amoreiras (Lisboa). O acréscimo registado na rubrica das cauções é explicado pelo aumento do nº de inquilinos.

A diminuição dos outros acréscimos de gastos está essencialmente justificado pela diminuição do valor relacionado com os gastos de eletricidade no final dos respetivos exercícios 2023 e 2022.

18. Réditos

Nos exercícios de 2023 e 2022 os réditos da Fundação detalham-se como segue:

Valores em euros	2023	2022
Prestação de serviços		
Consultas de medicina, enfermagem e de outros profissionais de saúde	281 876,76	266 847,94
Outros serviços	83 609,19	65 493,04
	365 485,95	332 340,98
Juros obtidos de depósitos bancários	4 897,68	15 913,62
Total	370 383,63	348 254,60

Assiste-se a um incremento da receita da atividade da saúde. Na rubrica de Juros ao longo do ano 2023 foram reduzidos motivados por poucos depósitos a prazo que atingiram a sua maturidade.

19. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos exercícios de 2023 e 2022 a rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” detalha-se como segue:

Valores em euros	2023	2022
Subsídios do Estado e outros Entes Públicos		
Sesurança Social	150 907,01	139 372,85
Autoridade Tributária e Aduaneira (Consignação de IRS)	9 686,49	11 906,48
Autoridade Tributária e Aduaneira (Benefício de 15% do IVA suportado)	642,84	393,47
	161 236,34	151 672,80
Outros Subsídios e Doações		
The Navigator Company	4 698,50	4 698,50
SEMAPA	91 199,20	74 156,40
EUROCHILD	7 226,67	7 773,33
Ticket Restaurant de Portugal	4 649,40	-
Outras entidades	8 121,00	9 064,04
	115 894,77	95 692,27
Total	277 131,11	247 365,07

Nos exercícios de 2023 e 2022 as doações da The Navigator Company incluem o montante de, respetivamente, € 4.698,50 e € 4.698,50 relativos à parte dos donativos ao investimento reconhecidos em resultados do exercício (Nota 13).



O aumento dos donativos de outras entidades face a 2022, foi impulsionado pelo suporte ao investimento em estudos realizados pelo ISPA e ISAVE no âmbito da campanha “Primeiros Anos. A nossa Prioridade”.

A reconciliação entre os subsídios e doações reconhecidos como rendimentos dos exercícios de 2023 e 2022 e respetivos recebimentos é como segue:

Valores em euros	2023	2022
Recebimento de doações e outros subsídios	262 006,74	254 736,84
Subsídios e doações reconhecidos em Caixa e seus equivalentes	262 006,74	254 736,84
Subsídios ao investimento reconhecidos em fundos patrimoniais	-	-
Subsídios ao investimento reconhecidos em rendimentos do período	4 698,50	4 698,50
Subsídios atribuídos à exploração, a reconhecer	(4 644,40)	(12 070,27)
Doações reconhecidas em rendimentos no período	12 070,27	-
Subsídios atribuídos à exploração, ainda a receber	3 000,00	-
Total	277 131,11	247 365,07

20. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2023 e 2022 a rubrica Fornecimentos e serviços externos detalha-se como segue:

Valores em euros	2023	2022
Trabalhos especializados	60 949,21	31 543,85
Honorários	371 316,53	322 491,21
Conservação e reparação	44 563,92	70 712,46
Outros serviços especializados	13 127,83	7 967,14
Materiais	15 891,92	12 640,63
Energia e água	15 782,24	31 774,42
Deslocações, estadas e transportes	15 697,16	12 386,62
Comunicação	7 177,32	6 682,84
Seguros	4 982,89	11 455,59
Limpeza, higiene e conforto	47 653,80	44 431,54
Outros serviços diversos	23 627,44	19 059,47
Total	620 770,26	571 145,77

O aumento da rubrica de Fornecimentos e serviços está relacionado essencialmente com os acréscimos nas rubricas de Honorários e Trabalhos Especializados deslocações, Limpeza e Higiene.

Os Honorários na sequência também do aumento proporcional do acréscimo da atividade, as deslocações no âmbito do projeto da Intervenção Precoce da Segurança Social; quanto aos trabalhos especializados está intrínseco aos trabalhos desenvolvidos pelas empresas de consultoria para o desenvolvimento e progresso tecnológico implementado ao longo do ano 2023 até 2026.

A limpeza e higiene com o aumento dos preços contratados motivada pela inflação, ao contrário do que sucedeu com os valores da eletricidade e água que diminuíram face a 2022 quando iniciou a guerra da Ucrânia.

21. Gastos com o pessoal

Nos exercícios de 2023 e 2022 a rubrica Gastos com o pessoal detalha-se como segue:

Valores em euros	2023	2022
Remunerações do pessoal	714 804,79	726 779,42
Benefícios pós-emprego	3 361,00	3 361,00
Encargos sobre remunerações	153 304,01	155 351,16
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	8 533,44	3 224,14
Outros gastos com o pessoal	4 409,36	2 304,20
Total	884 412,60	891 019,92



A diminuição dos gastos com o pessoal está relacionada com as baixas médicas ao longo do ano 2023 em alguns departamentos.

22. Outros rendimentos

Nos exercícios de 2023 e 2022 a rubrica outros rendimentos detalha-se como segue:

Valores em euros	2023	2022
Descontos de pronto pagamento obtidos	24,01	16,69
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	1 229 805,03	1 129 206,63
Outros rendimentos e ganhos	27 232,74	76 646,71
Total	1 257 061,78	1 205 870,03

A rubrica “Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento” refere-se essencialmente a rendas auferidas no imóvel sito nas Amoreiras, Lisboa (Nota 5).

O facto do valor de 2022 na rubrica dos outros se apresentar muito superior a 2023 está justificado pelo facto de em 2022 a Fundação ter sido ressarcida de duas indemnizações do seguro referente a inundações em 2021 e 2022.

23. Outros gastos

Nos exercícios de 2023 e 2022 a rubrica outros gastos detalha-se como segue:

Valores em euros	2023	2022
Impostos	47 765,02	57 901,38
Descontos de pronto pagamento concedidos	507,06	399,17
Perdas em inventários	6 431,00	86,40
Perdas em investimentos não financeiros	250,00	-
Outros gastos	7 358,73	67 245,05
Total	62 311,81	125 632,00

A rubrica de gastos em impostos reflete o valor do IVA suportado em toda a atividade da Fundação, uma vez que a sua atividade é isenta de IVA.

O valor das perdas em inventários está identificado na nota 6.

24. Pessoas ao serviço

Nos exercícios de 2023 e 2022 a Fundação tinha o seguinte quadro de colaboradores:

Valores em euros	2023	2022
Órgãos sociais	13	13
Empregados	41	41
Prestadores de serviços	34	32
Total	88	86

Handwritten signature and date: 15.12.23



25. Clientes

Nos exercícios de 2023 e 2022 a rubrica clientes detalha-se como segue:

Valores em euros	31/12/2023	31/12/2022
Clientes/c - mercado nacional	2 651,89	-
Clientes e utentes cobrança duvidosa	302,95	-
Total	2 348,94	-

O mapa anterior representa os valores em conta corrente por receber referente aos nossos utentes, o valor é representativo em 80% dos acordos aceites pela fundação para os processos da área de ortodontia, que consistem num plano de pagamentos acordado entre a fundação e os utentes (€ 2 651,89), o restante valor refere-se a consultas por liquidar cujo as datas dos atos são perto do final do ano 2023.

Encontram-se registados € 302,95 em imparidades de clientes, utentes já por diversas vezes contactados para liquidar o valor em dívida, mas sem sucesso até á data de referência.

26. Financiamentos

Valores em euros	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos bancários corrente		
Bankinter	35 699,45	-
Empréstimos bancários não corrente		
Bankinter	764 300,55	-
Total	800 000,00	-

A Fundação recorreu a um financiamento junto da instituição Bankinter SA para se financiar em parte, para a aquisição do imóvel no Edifício Primolisboa na Av. Marques Tomar em Lisboa, (Fração G; D e alguns lugares de estacionamento da fração A), no montante global de 1 810 000,00 euros. Este financiamento iniciou-se em 27 de dezembro de 2023. Como garantias ao financiamento:

- A hipoteca em 1º grau sobre as frações autónomas identificadas anteriormente;
- Contrato de penhor de aplicações financeiras constituído para garantia, apenas será liberto após a verificação pelo Bankinter da consignação de rendas das frações autónomas no valor mínimo mensal de 130% do serviço da dívida / prestação do empréstimo.

27. Saldos e transações com partes relacionadas

No exercício de 2023 não ocorreram transações com partes relacionadas, nem em 31 de dezembro de 2023 existiam saldos com estas entidades.

28. Acontecimentos após a data do balanço

Não se verificou a ocorrência de quaisquer eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2023 que possam afetar as Demonstrações Financeiras da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2023.



4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do período de 2023 foi de 182.552,92 € (cento e oitenta e dois mil quinhentos e cinquenta e dois euros e noventa e dois cêntimos) e propomos que o mesmo seja integralmente aplicado em Resultados Transitados.

Lisboa, 15 de março de 2024

CONSELHO EXECUTIVO,

JAIME ALBERTO MARQUES SENNFELT FERNANDES FALCÃO (Presidente)

PAULA MARIA MENDES NANITA LOPES DE OLIVEIRA (Administradora Executiva)

MARGARIDA ISABEL FEIJÃO ANTUNES REBOCHO (ADMINISTRADORA EXECUTIVA)

CONTABILISTA CERTIFICADO,

MARA PINTO (COORDENADORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA)



ÓRGÃOS SOCIAIS

Handwritten signature in blue ink.



ÓRGÃOS SOCIAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Conselho Geral

Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (*Presidente*)

Duarte Nuno d'Orey da Cunha

Maria de Queiroz Pereira Posser de Andrade

Manuel Augusto Lopes de Lemos

Maria Margarida Gama Mendonça Simões Manaia

João Rodrigo Appleton Moreira Rato

Manuel Custódio de Oliveira

Conselho Executivo

Jaime Alberto Marques Sennfelt Fernandes Falcão (*Presidente*)

Paula Maria Mendes Nanita Lopes de Oliveira

Margarida Isabel Feijão Antunes Rebocho

Conselho Fiscal

Diogo de Freitas Branco Pais (*Presidente*)

Rui Tiago Trindade Ramos Gouveia

Hugo Alexandre Lopes Pinto





ANEXOS



ANEXO I – CONCLUSÕES DO 2º BIG MEETING DA CAMPANHA

primeiros anos
a nossa prioridade

Conclusões e
Principais Desafios

Os Primeiros
Anos Contam!
e agora!
17.10.2023

BIG MEETING 2.0 – Os PRIMEIROS ANOS CONTAM! E AGORA?

Conclusões

Este evento, que reúne todos os parceiros da campanha PRIMEIROS ANOS. A NOSSA PRIORIDADE¹, concretiza-se dois anos após o primeiro (realizado em setembro de 2021) tendo como propósitos:

- A** Fazer o balanço sobre a concretização das medidas de ação para Portugal saídas do 1º Big Meeting
- B** Refletir sobre as perceções dos portugueses sobre a importância do desenvolvimento infantil e seus fatores inibidores e promotores
- C** Identificar o conjunto de desafios para os quais importa agora encontrar/priorizar as devidas respostas de modo a criar condições e mobilizar todos na sua concretização.

¹ Esta campanha insere-se na campanha europeia FIRST YEARS.FIRST PRIORITY que envolve 11 países europeus (Bulgária, Eslováquia, Espanha, Finlândia, França, Hungria, Irlanda, Itália, Portugal, Roménia e Sérvia) e é promovida pela EUROCHILD, International Step by Step Association, European Public Health Association e Roma Education Fund.

primeiros anos
a nossa prioridade

Conclusões e
Principais Desafios

Os Primeiros
Anos Contam!
e agora!
17.10.2023

A Fazer o balanço sobre a concretização das medidas de ação para Portugal saídas do 1º Big Meeting

Foi constatado o seguinte:

1º. Há progresso ao nível do discurso político (compromissos e medidas de política), evidenciando um forte alinhamento com as ações propostas pela Campanha em set/2021, nomeadamente:

- Uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP), aprovada em dez/2021, na qual as crianças são consideradas um segmento prioritário (Eixo 1).
- Um Plano Nacional de Ação para a Garantia para a Infância (Gpi) que procura respostas nos domínios da habitação, educação, saúde e nutrição, criando Núcleos de Ação Local.
- Um Plano de Ação da ENCP, aprovado em 12/10/2023 e apresentado publicamente em 17/10/2023.
- Uma Agenda para o Trabalho Digno (aprovada em abril de 2023) que fortalece medidas de conciliação da vida pessoal com a profissional, nomeadamente ao nível das licenças parentais, adota medidas de combate à precariedade laboral e estende a cobertura de regimes laborais, como o teletrabalho e o trabalho a tempo parcial a cuidadores informais.
- Foi criado um grupo de trabalho interministerial (Segurança e Solidariedade Social e Educação) para definir: i) orientações pedagógicas para os 0-3 anos; ii) referencial de qualidade para a Creche.
- Existe um modelo de Acolhimento Familiar, suportado em evidência científica, e uma campanha nacional promovida pelo Instituto de Segurança Social, que visam orientar e estimular a captação de famílias de acolhimento para as crianças retiradas ou privadas da família de origem.



primeiros anos a nossa prioridade

Conclusões e Principais Desafios

Os Primeiros
Anos Contam!
e agora!
17.10.2023

- Foi anunciada a ambição de o país adotar um Plano de Qualificação do Sistema de Promoção e Proteção, com metas até 2030.
- 2º. Foram tomadas medidas de promoção da gratuitidade da Creche e efetuado um esforço de alargamento da respetiva rede, mas a respetiva cobertura nacional ronda os 53%².
- 3º. Não obstante os progressos na promoção do acolhimento familiar a percentagem de crianças coberta por esta medida de colocação é ainda de apenas 3,6%³.
- 4º. Não se registam progressos na disponibilização de estatísticas desagregadas para os 0-5 anos em nenhuma dimensão⁴.

B

Refletir sobre as perceções dos portugueses sobre a importância do desenvolvimento infantil e seus fatores inibidores e promotores

Foram apresentados os resultados de dois estudos realizados em 2023 por iniciativa da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso. Estes estudos visaram apurar as perceções dos portugueses sobre a importância dos primeiros anos de vida, tendo em vista identificar as lacunas de informação/conhecimento que devam ser priorizadas nas próximas ações de disseminação/formação.

² <https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/pt-pt/national-education-systems/portugal/acesso> (acedido em 22/10/2023).

³ Instituto de Segurança Social, I.P. (2023). CASA 2022 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, p. 5. (disponível em <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relatório+CASA+2022/c1d7359c-0c75-4aae-b916-3980070d4471>).

⁴ No country profile do ECD Countdown 2030 (promovido em colaboração entre várias organizações académicas, entre outras, agências das Nações Unidas e o Banco Mundial e com o propósito atual de monitorizar o progresso nos vários países em função dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, nas áreas da Saúde Materna e Infantil) Portugal continua a sinalizar a quase totalidade de falta de dados em todos os indicadores - <https://nurturing-care.org/portugal-2021/> (acedido em 22/10/2023).

primeiros anos a nossa prioridade

Conclusões e Principais Desafios

Os Primeiros
Anos Contam!
e agora!
17.10.2023

- 1º. Do estudo realizado pelo ISAVE e que apurou as perceções da população da cidade de Lisboa (amostra representativa) destaca-se:
 - a. Que 90% ou mais pessoas consideram que, como país, deve ser dada mais importância ao desenvolvimento infantil, mas apenas 35% tem noção de que o período entre os 0 e os 3 anos é aquele em que se regista um maior desenvolvimento do cérebro.
 - b. 80% das pessoas contam com as creches para "tomar conta" das crianças e apenas 58% lhe reconhece um papel educativo.
 - c. Apenas 5,7% das pessoas acha que a creche e o jardim de infância contribuem para uma infância saudável e feliz, apesar de 90% destacar como fatores favoráveis ao desenvolvimento os tempos: i) dedicado pelos pais; ii) de brincar com outras crianças.
 - d. 68% reconhece que as doenças das crianças têm impacto na saúde em idade adulta, mas a maioria (55%) afirma que o acesso a uma consulta de especialidade é muito demorado.
 - e. 1/3 da população não tem nenhuma ideia sobre qual o ambiente mais adequado para enquadrar uma criança privada da família de origem.
- 2º. Do estudo realizado pelo ISPA, que apurou perceções a nível nacional (amostra não representativa, com maioria da população de elevado nível educativo) destaca-se:
 - a. 89% dos inquiridos considera que os primeiros anos têm impacto nos domínios do relacionamento social, saúde física e mental e rendimento escolar futuro.
 - b. A grande maioria considera que a relação emocional da criança com os pais pode influenciar fortemente o seu processo de desenvolvimento.
 - c. Mas 84% considera que a situação de pobreza pode influenciar negativamente (ou mesmo muito negativamente) o desenvolvimento infantil.



primeiros anos a nossa prioridade

Conclusões e Principais Desafios

AMANHÃ
Os Primeiros
Anos Contam!
e agora!
17.10.2023

- d. A maioria dos inquiridos considerou que a institucionalização influencia negativamente o desenvolvimento, no entanto 20% afirma que ser colocado numa instituição oferece experiências familiares positivas.
- e. A maioria dos inquiridos considera que as crianças demoram a desenvolver vínculos, pelo que as mudanças frequentes de educadores têm um impacto negativo. 3,41; 5,25 e 7,82 é o número de crianças por grupo que defendem para um adulto cuidar de forma apropriada durante 10h por dia, respetivamente, de bebés (0-12 meses), 1-3 anos e 3-6 anos.
- f. A maioria dos inquiridos concorda:
 - i) com licenças parentais pagas;
 - ii) que a mãe ou o pai devem ficar com a criança durante o primeiro ano de vida;
 - iii) que o estado deve apoiar financeiramente todas as famílias para que as crianças possam frequentar creches e jardins de infância de qualidade.
- g. E defende medidas de flexibilização dos horários de trabalho, a adoção do teletrabalho e a disponibilização de serviços de acolhimento de crianças nos locais de trabalho são medidas (porque insuficientes) de conciliação necessárias.
- h. 80,5% considera inadequado (ou muito inadequado) os tempos de espera no acesso a centros de saúde e creches públicas.
- i. O grupo de inquiridos de níveis educativos mais baixos valoriza menos a importância:
 - i) das experiências nos primeiros anos,
 - ii) do brincar;
 - iii) da necessidade de responder de forma adequada às necessidades do bebé; e apresenta: menores níveis de satisfação com os serviços de saúde e de ensino e valores mais elevados ao nível da necessidade de apoios por parte do estado.

primeiros anos a nossa prioridade

Conclusões e Principais Desafios

AMANHÃ
Os Primeiros
Anos Contam!
e agora!
17.10.2023

C Identificar o conjunto de desafios para os quais importa agora encontrar/priorizar as devidas respostas de modo a criar condições e mobilizar todos na sua concretização.

No decurso do Big Meeting 2.0 foi ainda constatado:

- 1º. Que há 82.000⁵ crianças menores de 6 anos em situação de pobreza e exclusão social e que a meta estabelecida para 2030 na ENCP é de redução para metade a pobreza monetária das crianças e jovens.
- 2º. Que a intensidade da pobreza é particularmente gravosa em cerca de metade das crianças, inseridas em famílias monoparentais ou famílias com 3 ou mais crianças.
- 3º. Que não são conhecidos dados específicos sobre o acesso das crianças à saúde, mas que se conseguiu apurar⁶ que, famílias situadas nos escalões socioeconómicos mais baixos, têm maiores dificuldades no que respeita à aquisição de medicamentos, no acesso a médico de família e à deslocação a uma urgência.
- 4º. Que o acesso à consulta pré-concepcional e à vigilância da gravidez e respetivos exames necessários, nomeadamente nos primeiros e segundos trimestres (e muito em especial na região de Lisboa e Vale do Tejo)⁷, não está a ser assegurada de acordo com a lei e os programas de vigilância definidos para o efeito pela Direção Geral de Saúde.
- 5º. Que não há dados consolidados, nem territorializados, sobre saúde a nível da oferta pública+privada+solidária a que os cidadãos estão a ter acesso. Apesar do direito à saúde consagrado constitucionalmente não é possível apurar os respetivos níveis de efetiva cobertura. Desconhece-se também a existência de dados sobre adesão a programas de promoção da saúde, prevenção da doença e respetivos impactos.

⁵ Rodrigues, Carlos Farinha (vide [apresentação da sessão](#))

⁶ Barros, Pedro Pita e Santos, Carolina (vide [apresentação da sessão](#))

⁷ Campos, Ana (vide [apresentação da sessão](#))



primeiros anos a nossa prioridade

Conclusões e Principais Desafios

OS PRIMEIROS
ANOS CONTAM!
e agora!
17.10.2023

6º. Que a coligação nacional⁸ já concretizou mais de 150 ações de sensibilização/formação/reflexão/disseminação de conhecimento no período compreendido entre março de 2021 e outubro de 2023, estando em curso importantes dinâmicas colaborativas de que é bom exemplo o Pacto para a Infância lançado pelo PROCHILD-COLAB⁹.

Cientes de tudo isto reconhecem-se como

Principais Desafios 2023

a que importa ainda responder com sentido de urgência:

1º O da concretização no terreno dos compromissos políticos já assumidos (com orçamentação adequada e consistente), nomeadamente ao nível da ENCP e da Garantia para a Infância. Destacamos em especial a materialização, a nível local, de um efetivo acesso, em tempo, a uma

⁸ A campanha PRIMEIROS ANOS.A NOSSA PRIORIDADE integra o conjunto dos seguintes parceiros (representando mais de 2500 organizações): Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso; Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens; Instituto de Apoio à Criança; Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; União das Misericórdias Portuguesas; UNICEF Portugal; Fundação Brazelton/Gomes-Pedro; Fundação do Gil; Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo; Associação de Profissionais de Educação de Infância; Fundação Aga Khan Portugal; Associação Nacional de Intervenção Precoce; Cáritas Portuguesa; Associação Protectora da Primeira Infância; Obras Sociais de Viseu; Caminhos da Infância; Umbilical; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras; Fundação Bissaya Barreto; Escola Superior de Enfermagem de Lisboa; ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida; Direção-Geral da Educação; Prochild Colab; Colégio Origami; Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância; Santa Casa da Misericórdia de Melgaço; ABAShalom; Ser – Cooperativa de Solidariedade Social; Associação de Beneficência Lusó-Alemã; Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.; Colégio Santiago; CrescerSer – Associação Portuguesa para os Direitos dos Menores de da Família; Clube do Bebê Pingo Doce; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Montijo; Câmara Municipal de Cascais; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coruche; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Amadora; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa Ocidental; Associação de Proteção à Infância da Ajuda; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peso da Régua.

⁹ Vide programa da próxima ação já agendada para nov/2023 em <https://prochildcolab.pt/i-encontro-internacional-prochild-colab-o-pacto-para-a-infancia/agenda/>.

primeiros anos a nossa prioridade

Conclusões e Principais Desafios

OS PRIMEIROS
ANOS CONTAM!
e agora!
17.10.2023

educação e saúde de qualidade, a todas as crianças dos 0 aos 6 anos de idade, visando romper desse modo o ciclo transgeracional da pobreza.

- 2º O de garantir uma vigilância adequada da consulta pré-concepcional e da gravidez a todas as grávidas, envolvendo, sempre que necessário nessa concretização, as redes pública, privada e solidária.
- 3º A criação de vias verdes no acesso a:
 - i. Consultas de especialidade a crianças entre os 0 e os 6, sempre que sinalizada a sua necessidade;
 - ii. Médicos de família às famílias, prioritariamente às em situação de pobreza e exclusão social com crianças.
- 4º Um maior investimento na promoção da saúde, nomeadamente através da criação de equipas multidisciplinares exclusivamente dedicados à promoção da saúde /prevenção da doença e à investigação, bem como do reconhecimento/articulação com o trabalho realizado no âmbito do setor social.
- 5º O reforço da capacidade, nacional e local, do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.
- 6º O alargamento da rede de creches (sem deterioração dos ratios adulto/criança) e outras respostas adequadas e qualificadas, visando uma cobertura total nacional dos 0-3 anos.
- 7º A avaliação e melhoria progressiva da medida gratuidade das creches.
- 8º A discussão e aprovação das orientações pedagógicas para a creche, em linha de continuidade educativa com o pré-escolar.
- 9º A recolha e sistematização de dados que permitam melhor conhecer:
 - i. A realidade em que vivem as crianças, desagregando por ano entre os 0 e os 6 anos;



primeiros anos a nossa prioridade

Conclusões e Principais Desafios

DESEMPENHO
Os Primeiros
Anos Contam!
e agora!
17.10.2023

- ii. A real cobertura de saúde da população, consolidando dados provenientes do SNS, dos privados e das instituições sociais (diretamente ou por inquéritos regulares), na dupla ótica da resposta em situação de doença e da adesão a programas de vigilância.
- iii. A valorização, recenseamento e apoio das experiências inovadoras no terreno, facilitando a sua divulgação, de forma a motivar outros grupos/profissionais a desenvolver projetos locais com potencial de replicação em maior escala.

10º A valorização do papel dos municípios e das organizações da sociedade civil na concretização destas ações (dada a sua proximidade às populações), potenciando a urgência e a adequação das ações, ampliando o seu impacto.

11º A mediatização do conhecimento disponível sobre o processo de desenvolvimento infantil nos primeiros anos, de modo a sensibilizar e mobilizar todos (incluindo empresas amigas das famílias) para a adoção de comportamentos (responsivos e reparativos) e políticas adequadas a uma maior valorização desta etapa de vida.

12º A criação de um ambiente favorável e estimulante à captação e retenção de famílias de acolhimento, de modo a generalizar o acolhimento familiar como a medida de colocação por excelência dos bebés e crianças privadas da sua família de origem, cuidando-se a par da preparação da transição dessas crianças para as famílias definitivas (de origem ou adotantes).

primeiros anos a nossa prioridade

Conclusões e Principais Desafios

DESEMPENHO
Os Primeiros
Anos Contam!
e agora!
17.10.2023

Os parceiros defendem ainda a adoção de uma política global e integrada para os 0-6 anos, como meio de proporcionar um bom início de vida a todas as crianças, na qual uma vinculação segura e um ambiente estimulante, protetor e saudável, são o garante de estarmos a construir juntos uma sociedade mais saudável e sustentável. O retorno social desse investimento será máximo, porque hoje sabemos que começar cedo é o melhor¹⁰.

A concretização de tal investimento, exige a inteligência e capacidade de responder com equidade, ou seja, abraçarmos a inquietude de não repousar, nem nos direitos declarados, nem nas metas globais já traçadas, porque, no centro da nossa ação, está cada criança!

DAR OPORTUNIDADE A *Todas* AS CRIANÇAS NA EUROPA

¹⁰ <https://heckmanequation.org/resource/grafico-de-heckman/> (acedido em 22/10/2023)



ANEXO II – EXCERTO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA 2023

INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023

A Intervenção Precoce na Infância destina-se a crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam o desenvolvimento individual, social, e a participação nas atividades adequadas à sua idade, ou com risco grave de atraso de desenvolvimento.

Promove um apoio integrado, centrado na família e na criança, mediante ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social e intervém nos contextos de desenvolvimento natural das crianças (domicílio, creches, jardins de infância, outros).

Pretende:

- Apoiar as famílias para atingirem os seus próprios objetivos;
- Promover o desenvolvimento em domínios chave;
- Melhorar a autonomia e as capacidades da criança, bem como a sua participação e envolvimento nas atividades de vida diária habituais para a sua idade;
- Contribuir para o desenvolvimento da criança;
- Proporcionar atividades de aprendizagem significativas para a criança;
- Prevenir futuros problemas ou incapacidades;

¹ Esta equipa da FNSBS é composta por uma Psicóloga Clínica, uma Técnica de Reabilitação Psicomotora, uma Técnica de Serviço Social e uma Terapeuta da Fala.

² Ao termo de 2023, a ELI Lisboa Norte integra um total de 17 profissionais, com diferentes afetações horárias semanais (entre 1 e 35 horas): 4 Docentes, 3

- Apoiar as famílias na resposta às suas preocupações, prioridades e necessidades.

A RESPOSTA SOCIAL INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA DA FNSBS

1. FUNCIONAMENTO

Fruto do Acordo de Cooperação estabelecido com o ISS, a equipa de Intervenção Precoce na Infância da FNSBS¹ integra a Equipa Local de Intervenção (ELI) Lisboa Norte², desde 8 de fevereiro de 2022. Esta ELI tem a sua sede na Unidade de Cuidados de Saúde Primários de Sete Rios e a sua área de competência territorial corresponde à das freguesias de Alvalade, Avenidas Novas, Benfica, Campolide, Carnide, Lumiar, Santa Clara e São Domingos de Benfica.

A ELI Lisboa Norte reúne, em regra, duas vezes por mês – na 2ª e 4ª terças-feiras, com exceção do mês de agosto. No entanto, este calendário pode sofrer ajustamentos desde que haja acordo da maioria dos elementos da Equipa. Estas reuniões podem ser em formato presencial – normalmente na sede da ELI – ou em formato *online*, com recurso à plataforma *Zoom*.

Nestas reuniões, são distribuídas as referenciações³ chegadas à coordenação da ELI pelas várias profissionais da Equipa, que

Psicólogas (1 Clínica e 2 Educacionais), 3 Técnicas de Serviço Social, 2 Enfermeiras, 2 Fisioterapeutas, 2 Terapeutas da Fala e 1 Técnica de Reabilitação Psicomotora.

³ As crianças podem ser referenciadas para o SNIPI por profissionais de saúde, de educação ou pelas próprias famílias.



INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023

procederão à avaliação da situação junto da família e dos equipamentos educativos, caso a criança frequente creche ou jardim infantil, podendo ser também envolvidas outras entidades que eventualmente estejam a apoiar a criança e/ou a família.

Para cada criança/família é designada uma mediadora de caso que será responsável pela implementação da intervenção e por toda a comunicação com a família, pese embora possa ser apoiada por outras colegas da ELI se houver necessidade de intervenção em área de especialização específica que não a da mediadora. Qualquer intervenção por parte da ELI, seja em que modalidade for, só é possível após consentimento escrito da família.

Por norma, a técnica da ELI que faz o primeiro contacto com a família e a avaliação do caso é designada como mediadora e mantém-se durante todo o período de acompanhamento da criança pela ELI. No entanto, em situações em que as necessidades identificadas são especificamente da área de especialização de uma colega, a mediação do caso pode ser passada a essa colega.

Após a avaliação da situação, as crianças podem ficar em:

- Apoio direto, modalidade em que a intervenção é realizada diretamente com a criança no seu contexto natural – equipamento educativo (creche ou jardim de infância) e/ou domicílio, com envolvimento da família e dos profissionais do equipamento que a acompanham (educadora e auxiliares de educação);

- Vigilância, modalidade em que não há intervenção direta das técnicas da ELI e que se concretiza na avaliação periódica da evolução da criança e na resposta às necessidades da família.

Por norma, a ELI não dá apoio direto a crianças que integram jardins infantis da rede pública, dada a existência de Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) nos Agrupamentos de Escolas, passando o SNIPI a ser considerado um recurso da comunidade de acordo com o [Decreto-Lei nº 54/2018](#), ficando estas crianças em vigilância. Ficam também nesta modalidade, as crianças que já têm apoios terapêuticos que respondem às necessidades do seu desenvolvimento.

Assim, mesmo as crianças que se encontram em apoio direto podem passar a vigilância quando:

- integram jardim de infância da rede pública, sendo feita a passagem de caso à respetiva EMAEI;
- passam a ter apoio terapêutico externo à ELI que responda às necessidades identificadas.

2. ATIVIDADE 2023

2.1 REUNIÕES DA ELI

A equipa da Intervenção Precoce na Infância da FNSBS participou em todas as reuniões da ELI Lisboa Norte realizadas em 2023, num total



INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

de 19 reuniões, das quais 8 foram em formato presencial e 11 em formato *online*, através da plataforma *Zoom*.

2.2 MEDIAÇÃO DE CASO

No ano de 2023, as técnicas da equipa da Intervenção Precoce na Infância da FNSBS foram **mediadoras de caso de 126 crianças**, 81 na modalidade de apoio direto e 46 na modalidade de vigilância.

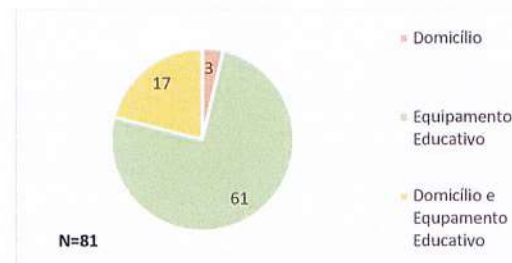
2.2.1 CRIANÇAS EM APOIO DIRETO

As 81 crianças em apoio direto, distribuem-se por idade da seguinte forma:



E por local em que é prestado o apoio:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023



O apoio prestado a estas **81 crianças** materializou-se num total de:

- **1.463 sessões de apoio com a criança:** 204 realizadas em domicílio e 1.259 em equipamentos educativos;
- **538 reuniões com as famílias:** 91 em equipamentos educativos, 59 em domicílio, 13 noutros locais da conveniência da família e 375 online ou por telefone;
- **237 reuniões com os profissionais dos equipamentos educativos,** das quais 7 foram online.

2.2.2 CRIANÇAS EM VIGILÂNCIA

Das **45 crianças em vigilância**, 3 têm entre 25 e 36 meses, 38 têm entre 3 – 6 anos e 4 têm mais de 6 anos. Estas 4 crianças mantêm-se em vigilância pela ELI, por estarem adiamento escolar e, assim, frequentarem ainda Jardim Infantil.

No âmbito da vigilância destas crianças, foram realizadas:



INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023

- **16 sessões de avaliação/apoio:** 13 em equipamento educativo e 3 no domicílio;
- **70 reuniões com as famílias:** 11 em equipamentos educativos, 1 em domicílio, 4 em outros locais da conveniência da família e 54 online ou por telefone;
- **20 reuniões com profissionais dos equipamentos educativos,** 3 das quais online.

2.3 COLABORAÇÃO COM OUTRAS MEDIADORAS DE CASO

As técnicas da equipa da FNSBS foram solicitadas a colaborar com as colegas em vários casos cuja mediação não é da sua responsabilidade, para prestar apoio direto às crianças ou para avaliações pontuais, na sua área de especialidade, abrangendo um **total de 22 crianças**, 10 para apoio direto e 12 para avaliações pontuais.

2.3.1 APOIO DIRETO

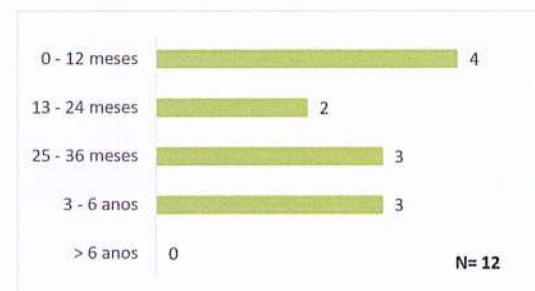
As **10 crianças** a que foi prestado apoio direto têm entre 3 e 6 anos e este apoio materializou-se em:

- **168 sessões de apoio com as crianças:** 4 em domicílio e 164 em equipamentos educativos;
- **20 reuniões com as famílias:** 7 em equipamentos educativos, 1 noutro local da conveniência da família e 12 online ou por telefone;

- **21 reuniões com profissionais dos equipamentos educativos.**

2.3.2 AVALIAÇÕES PONTUAIS

As **12 crianças** a que foram feitas avaliações pontuais, a pedido de outras técnicas da ELI, distribuem-se por idade da seguinte forma:



Nove destas avaliações foram feitas em domicílio e 3 em equipamento educativo. Num dos casos, a avaliação implicou 2 deslocações ao domicílio; noutro, além da avaliação em domicílio, houve a necessidade de reunir posteriormente com a família na USF Benfica Jardim; e, num terceiro, foram necessárias duas sessões no equipamento educativo para avaliar a criança.



INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023

2.4 FORMAÇÃO EM SERVIÇO

A equipa da FNSBS participou em 2 ações de formação. Assim:

- As quatro técnicas da equipa participaram no XIV Congresso Nacional de Intervenção Precoce, dedicado ao tema “Intervenção Precoce na Infância: Como fazer melhor?”, que decorreu nos dias 19 e 20 de outubro, no Auditório da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UC, em Coimbra, organizado pela ANIP - Associação Nacional de Intervenção Precoce.
- A psicóloga e a técnica de serviço social participaram na Ação de Formação “Integração Sensorial – crianças dos 0 aos 6 anos”, dinamizada pela ELI de Pombal, Ansião e Alvaiázere, realizada no dia 17 de maio, em formato *online*.

2.5 OUTRAS ATIVIDADES

A terapeuta da fala da equipa da Fundação colaborou com uma das fisioterapeutas da ELI Lisboa Norte na dinamização de uma atividade, no âmbito da Intervenção Precoce, realizada na Ajuda de Berço em junho, abrangendo 15 crianças entre os 11 meses e os 5 anos.

A técnica de reabilitação psicomotora realizou duas ações de sensibilização sobre perturbação de espectro do autismo, em equipamentos educativos da área geográfica da ELI, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a pedido dos próprios. A saber:

- no Centro de Desenvolvimento Comunitário da Charneca, em março, abrangendo cerca de 25 profissionais;
- no Centro Social Polivalente do Bairro Padre Cruz, em setembro, abrangendo cerca de 10 profissionais.

A técnica de serviço social passou a ser responsável pela gestão da base de dados interna da ELI, desde julho, devido à aposentação da colega que assumia essa função.

3. NOTAS FINAIS

3.1 ATIVIDADE TOTAL

No ano de 2023, a resposta social Intervenção Precoce na Infância da FNSBS abrangeu um total de 147 crianças, entre aquelas em que a sua equipa foi mediadora de caso e aquelas em que, não o sendo, foi solicitada para colaborar de alguma forma.

Estas crianças implicaram um total de 1.661 sessões de apoio direto com as crianças; 629 reuniões com famílias, 278 reuniões com profissionais dos equipamentos educativos.

3.2 CRIANÇAS QUE PASSARAM DE APOIO DIRETO PARA VIGILÂNCIA

Das 81 crianças referidas no ponto 2.2.1, 11 transitaram para a modalidade de vigilância em setembro/outubro de 2023, por terem



INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023

integrado jardins infantis da rede pública no presente ano letivo. Não foram contabilizadas no número de crianças em vigilância para que não houvesse duplicação de casos. A totalidade da atividade referente a estas 11 crianças constam na análise da atividade em apoio direto.

3.3 CRIANÇAS QUE SAÍRAM OU QUE NÃO CHEGARAM A ENTRAR NA ELI

Oito das crianças em que a equipa da fundação foi mediadora de caso, 5 na modalidade de apoio direto e 3 na modalidade de vigilância deixaram de ser acompanhadas pela ELI Lisboa Norte, uma vez que ou saíram da área de abrangência territorial, ou transitaram para o 1º ciclo do Ensino Básico. Além destas 8, houve uma outra criança que deixou de ter uma das técnicas desta equipa como mediadora de caso, tendo a mediação passado para outra colega da ELI Lisboa Norte.

Foram também realizadas avaliações de outras 4 situações que implicaram, 3 sessões de avaliação em equipamento educativo, 4 reuniões com famílias e 1 com profissionais de equipamentos educativos, que não chegaram a entrar na ELI. Num caso, concluiu-se da avaliação que a criança não tinha critérios para IPI; em outros 2 a família não consentiu a intervenção da ELI por sentir que a criança já tem todos os apoios necessários; e, no quarto caso, o processo foi transferido para outra ELI, por ter, entretanto, saído da área geográfica da ELI Lisboa Norte.

3.4 CASOS QUE TRANSITAM PARA 2024

Posto o descrito, a 31 de dezembro de 2023, a equipa da Intervenção Precoce na Infância da Fundação tem a seu cargo a mediação de 118 casos e mantém a colaboração em 4 casos.

Além destes, encontram-se em processo de avaliação inicial, depois de nos terem sido distribuídos em reunião da ELI, 7 crianças.



ANEXO III – COUNTRY PROFILE





Children's Rights in Portugal

In Portugal, key policies for children's rights are spread across several ministries. The National Commission for the Promotion of the Rights and the Protection of Children and Young People (CNPDPJ) is a national public institution endowed with administrative autonomy and own assets, operating under the guardianship of the Ministry of Labor, Solidarity and Social Security.

As an integrant within the Portuguese system, CNPDPCJ coordinates all actions taken towards the promotion of children's rights and the protection of children and young people in Portugal. The National Commission also contributes to reinforcing the implementation of European and international legislation on the promotion and the protection of the rights of the child at national level – namely conventions and protocols Portugal is State-Party to, including, above all, the United

Nations Convention on the Rights of the Child (CRC).

In December 2020, the Portuguese government approved the National Strategy for the Rights of the Child, for the period of 2021-2024.

Another important role related to children's rights is currently played by the National Child Guarantee Coordinator, under the responsibility of the Minister for Labor, Solidarity and Social Security. the National Action Plan of the Child Guarantee is the document that adequately collates some of the key thematic policy areas.

As general recommendations for fulfilling children's rights in Portugal, Eurochild members recommend that the Portuguese government:

- reinforces the importance of the right to play for a child's healthy development;
- reinforces campaigns to raise awareness against corporal punishment and all kind of violence against children;

- invests in parental training.

In addition, Eurochild members identified several key areas related to children's rights.

General recommendations

Child participation

The National Strategy for Children's Rights includes child participation in its priorities. Nevertheless, it is not clear to what extent the priorities are being implemented and how they are evaluated in practice.

According to our members, in Portugal, there is no culture of openness to the participation in decision-making of others than governmental bodies, be they organisations, technicians, specialists, researchers, families, or children. Democratic participation in Portugal needs to be improved.

A National Council for Children and Young People was created on the initiative of the National Commission for the Promotion of the Rights and Protection of

Children and Young People, within the scope of another project called Positive Parenting. On its website, the National Commission states that it is a reference entity for the effective implementation of the rights of all children and young people in Portugal, particularly in terms of their participation in public decision-making.

The debate surrounding the right to vote in Portugal at the age of 16 was recently launched. Although most political groups agree that this possibility should be part of the constitutional review, the party in power expressed its disagreement. A study currently underway promoted by the Francisco Manuel dos Santos Foundation states that the Portuguese society still does not agree with such a change - of the 84% of respondents who answered the related question, 60% said they were in favour of maintaining the voting age at 18.



Child safety and well-being online

The Ministry of Education along with Centro de Internet Segura have developed a series of tools to raise awareness among children, parents, and the whole school community on how to navigate the internet safely. Additionally, there are small projects that warn of the dangers of the digital world for children developed by civil society organisations, some of them also involving the active participation of children. More broadly, this is a topic that has been present in the media space, but without much progress in practice.

A lot still needs to improve in terms of children's well-being and safety online in the country. For example, while Portugal has a National Cybersecurity Centre, it has yet to develop a specific national strategy for a better Internet for children.

Our members recommend the implementation of a National Strategy with an action plan to safeguard children's rights in the

digital environment, including their safety and well-being online.

Child protection systems

The latest CASA report, which presents an overview of the situation of children in alternative care in Portugal, includes the indicators for children in alternative care proposed by the DataCare project conducted by Eurochild and UNICEF. Eurochild members in Portugal consider this as a step forward in data management which allows better understanding of the system and to better tackle the needs of children without parental care.

Children in migration and refugees

Portugal has put in place a reception system to support Ukrainian refugees including children. According to Eurochild members, other migrants and refugees in Portugal come mainly from Greece, Italy, Türkiye, and Egypt.

Climate change and environmental impact

In Portugal, one in four children is affected by the severe and extreme drought the country is facing. Although Portugal was encouraged by the UN Committee on the Rights of the Child to take immediate action, our members do not have information on that.

Poverty and Social Exclusion – Experiences of children, families, and communities

Child poverty in Portugal

Portugal has a total child population of 1,636,138. Of which 20.7% live at risk of poverty and social exclusion as of 2022. That amounts to almost 340,000 children in need in Portugal. The rate of children at risk of poverty and social exclusion decreased from 22.9% in 2021.

According to our members, the rights of all children up to 3 years living in Portugal are neglected,

and children with disabilities, children in alternative care, and children in vulnerable families are the most forgotten ones. These children need access to high-quality health services, early childhood education and care (ECEC) and social services, more effective social protection, and parenting support. Additionally, children in alternative care need policymakers to act on their responsibilities towards deinstitutionalisation.

Our members think that policies regarding the following issues need to be put in place:

- Healthcare: Portugal should take action to reduce inequalities in access to healthcare, by improving the timely access to high-quality health services for all, with special attention to children. One way to achieve this is to subsidise private and third-sector healthcare providers that complement the national healthcare system so to satisfy unmet healthcare needs with community-based integrated health services. Portugal has



one of the highest out-of-pocket health spending in the EU (30% of the health expenses are paid directly by families), and the waiting times for a specialised medical appointment (only available in hospitals) are too long, especially for children.

- Early learning – ECEC needs to consider early child development and must have educational intentionality, namely by having professionals responsive to specific needs of the children under their responsibility and parenting support.
- Income - Portuguese families need adequate financial support, as the usual social transfers are known not to be very effective in tackling poverty and social exclusion. The current context of high inflation creates even more challenges.
- Education alternative curriculums - It is also important to consider the need of Education alternative curriculums for those children

and young people who have drop out school at an early age.

Eurochild members welcome the creation of a Complement Children's Guarantee for Children which, according to official documentation, is described as support given to children and young people aged 3 to 17, whose families are in extreme poverty. As it is a very recent measure, there are still no data to assess the effectiveness of the measure.

A recent intervention that is helping children and their families in Portugal is the PRIMEIROS PASSOS, infância saudável, vida Feliz project. This initiative supports children from families in poverty and social exclusion, in particular single parents, and migrants, from the municipality of Vila Nova de Gaia (District of Porto), with 303,854 inhabitants, of which an estimated 4,630 are children up to 2 years old. The project is promoted by Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova

de Gaia, and its mission is to reduce and prevent vulnerability in the first 1,000 days and since 2018, the project has impacted the healthy development of 167 children, including through adequate nutrition, medication, diapers and hygiene items, clothing and various equipment.

The European Child Guarantee

Portugal's National Action Plan

2023 marked the third year of the European Child Guarantee's implementation, and two years since Member States were requested to submit their National Action Plans (NAPs) to outline how they would address child poverty at national level.

The National Action Plan of Portugal (NAP) was published in January 2023.¹ The NAP rightfully identifies the children most in need in the country, namely children in situations of

abandonment or severe housing deprivation, children and young people with disabilities, children and young people with a migrant background, children and young people from Roma communities, and children integrated in alternative childcare structures.

Moreover, the NAP does include all key services that would be key to lift children out of poverty and social exclusion in Portugal, including those essential to ECEC, education, healthcare, nutrition, and housing.

The NAP includes indicators and a monitoring framework. However, these are already existing general indicators, namely, the national coordination will be working with the Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD) on new disaggregated indicators regarding children under six years.

Eurochild members are not directly involved in supporting

¹ The lists of Child Guarantee National Coordinators and National Action Plans, where published, are available at the bottom of [this page](#).



Portugal's implementation of the Child Guarantee and they believe that the implementation will be ensured through public institutions. The funding will come mostly from the European Social Fund Plus (ESF+) and the Recovery and Resilience Plans (RRP).

The NAP tries to articulate the majority of already existing policies and measures regarding vulnerable children and young people; however, it lacks some innovation.



European Semester 2023 – Country reports and recommendations

Overview of the Country Report: identification of the children in need

This year's European Semester Country Report for Portugal did not accurately reflect the reality on the ground because it failed to include most issues related to children's rights, including the rights of children in alternative care, children's mental health and well-being and children with a migration background.

Child poverty and social exclusion are only mentioned on the Social Scoreboard, as a headline indicator, and the impact of the pandemic on children is only mentioned briefly in relation to education - because the pandemic may have increased inequalities among students.

The main challenges of the education system are identified,

and include the quality and equity of education, (low) participation in early childhood education, ageing teacher population, and teacher shortages.

However, solutions are only presented as plans and intentions. For instance, the intention to expand the pre-school network aimed to provide free access to all 3-years-olds is dependent on funding or on new legislation to recruit teachers.

Overall, Eurochild members in Portugal were not involved in the Semester Process 2023.

Regarding the importance of investing in children, members assessed that the only issue slightly related that was incorporated is the plan to expand the pre-school network. The aim is to provide free access to all children aged three. Currently, universal access is to four years old. Children below the age of three are out of the education system and without

educational guidelines - because ECEC for those ages is only aimed at allowing parents to work.

Needs analysis: alignment at country-level

Members feel that the Country Specific Recommendations (CSR) correspond to reform needs in Portugal, but strictly from an economic point of view. There are no recommendations, directly or indirectly, related to children.

While the first years of life are crucial for health and well-being throughout the life course, the country report, and thus the CSR, is not at all framed within a vision in which investment in the early years of life is essential to the development, balance, or sustainability of a society.



ANEXO IV – CENÁRIO ESTRATÉGICO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2025

		Projeção 2025
Receita Operacional	Vendas	400.000,00
	Donativos	354.000,00
	Rendas	1.080.000,00
	Total	1.834.000,00
Custos Operacionais	M.Primas	10.025,00
	FSE	699.396,00
	Pessoal	943.782,00
	Outros	55.951,68
	Total	1.709.154,68
Resultado Operacional		124.845,32
Amortizações		-125.253,37
Juros		7.500,00
Resultado Líquido Exercício		7.091,95

ATA N.º 3 /3-CF

No dia cinco de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu na sede da Fundação, na Avenida Dr. Mário Moutinho, em Lisboa, o Conselho Fiscal da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, adiante designada abreviadamente por "Fundação", estando presentes todos os seus membros, o Senhor Professor Doutor Diogo de Freitas Branco Pais, Presidente, e os Senhores Dr. Rui Gouveia e Eng.º Hugo Pinto, Vogais.

Estiveram igualmente presentes na reunião, a convite do Senhor Presidente, os membros do Conselho Executivo, o Senhor Eng.º Jaime Falcão, Presidente, a Senhora Dr.ª Paula Nanita e a Senhora Dr.ª Margarida Rebocho, Vogais.

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo agradecido a presença de todos e referido que a mesma tinha por ponto único da ordem de trabalhos dar cumprimento ao disposto na al. b) do artigo décimo nono dos estatutos da Fundação, a saber: *"Examinar e emitir parecer, anualmente, sobre o relatório anual de gestão e de atividades, o balanço e os demais documentos de prestação de contas do exercício, apresentados pelo Conselho Executivo"*.

Seguidamente, entrou-se na apreciação do ponto único da ordem de trabalhos, tendo o Conselho Fiscal procedido à apreciação do relatório anual de gestão e de atividades, relativo ao exercício de dois mil e vinte e três, que foi previamente distribuído e que se encontra devidamente arquivado junto da Fundação.

O Senhor Presidente destacou que, à semelhança do sucedido no último exercício, o referido relatório de gestão e a atividade da Fundação foram objeto de um processo de auditoria realizado pela KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., encontrando-se emitido o projeto final do respetivo Relatório de Auditoria que foi disponibilizado aos membros do Conselho Fiscal e cuja cópia fica igualmente arquivada junto da Fundação.

De seguida, o Presidente do Conselho Executivo, Senhor Eng.º Jaime Falcão, e a Vogal do Conselho Executivo, Senhora Dr.ª Paula Nanita, procederam a uma breve apresentação sobre a atividade e o desempenho da Fundação no exercício findo de dois mil e vinte e três e, bem assim, quanto a perspetivas futuras, tendo esclarecido todas as questões que foram levantadas pelos membros do Conselho Fiscal no decorrer dessa apresentação sobre a atividade da Fundação, os projetos concretizados no exercício findo e quanto à ocupação e resultados do prédio de rendimento da Fundação sito em Lisboa, nas Amoreiras.

Terminada a apresentação e após o esclarecimento de todas as dúvidas suscitadas, o Conselho Fiscal procedeu ainda à análise do balanço e dos demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo de dois mil e vinte e três.

Terminada a troca de impressões sobre os documentos apresentados e respetivo exame do relatório anual de gestão e de atividades, bem como do balanço e dos demais documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e vinte e três, apresentados pelo Conselho Executivo, os membros do Conselho Fiscal emitiram parecer favorável relativamente a esses documentos, considerando que os mesmos deveriam merecer integral aprovação por parte do Conselho Geral.

Por último, o Conselho Fiscal elogiou e manifestou o seu apreço pela gestão desenvolvida pelo Conselho Executivo e pela contribuição de todos os colaboradores da Fundação na consecução dos objetivos da Fundação no decurso do ano findo.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião pelas dezasseis horas e da mesma se lavrou a presente ata, que contém o *supra* referido parecer do Conselho Fiscal relativo ao relatório e contas anuais da Fundação, e que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros do Conselho Fiscal.

O CONSELHO FISCAL,



(Diogo de Freitas Branco Pais)



(Rui Gouveia)



(Hugo Pinto)

ATA N.º 21 /2-CG

2

No dia vinte e três de abril de dois mil e vinte quatro, pelas onze horas, reuniu na sede da Fundação, na Avenida Dr. Mário Moutinho, em Lisboa, o Conselho Geral da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, adiante designada abreviadamente por "Fundação", estando presentes os seguintes membros: Senhora Dr.ª Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, Presidente, e os Senhores Dr. Duarte Nuno d'Orey da Cunha, Dr. João Rodrigo Appleton Moreira Rato, Dr. Manuel Augusto Lopes de Lemos, Dr.ª Maria Queiroz Pereira Posser de Andrade e Dr. Manuel Custódio de Oliveira, Vogais.

A Senhora Dr.ª Margarida Manaia, membro do Conselho Geral, não esteve presente na reunião, por motivos justificados, tendo comunicado previamente a sua ausência.

A convite da Senhora Presidente do Conselho Geral, estiveram igualmente presentes na reunião todos os membros do Conselho Executivo da Fundação, Senhor Eng.º Jaime Falcão, Presidente, e as Senhoras Dr.ª Paula Nanita e Dr.ª Margarida Rebocho, Vogais.

A Senhora Presidente do Conselho Geral agradeceu a presença de todos, referiu que a presente reunião tinha sido regularmente convocada e constatou que o Conselho Geral estava em condições de reunir e deliberar, pelo que declarou aberta a reunião com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um - Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2023;

De seguida, entrou-se na discussão do **primeiro ponto** da ordem de trabalhos, tendo a Senhora Presidente do Conselho Geral referido que o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício findo tinha sido aprovado pelo Conselho Executivo e objeto de parecer favorável por parte do Conselho Fiscal, nos termos estatutariamente previstos, e que, embora não fosse obrigatório, o Relatório e Contas tinha sido igualmente objeto de uma auditoria por parte da KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com a emissão do correspondente Relatório de Auditoria, tendo os documentos em apreciação sido previamente distribuídos pelos membros do Conselho Geral e ficam devidamente arquivados na Fundação.

2023
3
cl
3
h
h
h

A Senhora Presidente do Conselho Geral informou ainda que, nos termos da alínea f) do artigo 13.º dos estatutos da Fundação, para além da aprovação do Relatório e Contas, o Conselho Geral está igualmente obrigado a estabelecer um limite a partir do qual este órgão deverá apreciar e previamente aprovar a celebração de determinados atos e negócios pretendidos concretizar, designadamente pelo Conselho Executivo, e que estão descritos nessa disposição estatutária, não podendo o referido limite ser inferior a duzentos mil euros, pelo que a Senhora Presidente do Conselho Geral propôs, desde logo, que, com a aprovação do Relatório e Contas do ano findo, o Conselho Geral deliberasse e fixasse o referido limite no indicado valor de duzentos mil euros.

Concluída a intervenção, a Senhora Presidente do Conselho Geral passou a palavra ao Presidente do Conselho Executivo, Senhor Eng.º Jaime Falcão, que, agradecendo a presença de todos descreveu brevemente o percurso da Fundação em 2023, afirmando que se tinha mantido neste período o trajeto de evolução da Fundação, que se traduziu num crescimento sustentado e sustentável da atividade de saúde e na manutenção estável, com um ligeiro crescimento das receitas do imóvel das Amoreiras, tendo a Fundação obtido assim, em 2023, um resultado positivo de cerca de 182 mil euros e acima do orçamentado.

Concluído o enquadramento do Senhor Presidente do Conselho Executivo, foi dada a palavra à Vogal do Conselho Executivo, Senhora Dr.ª Paula Nanita, que sublinhou a importância de, para o resultado líquido positivo do exercício de 2023, ter contribuído um aumento mais do que proporcional das receitas face aos custos que se mantiveram dentro dos limites do orçamentado para o ano. No que respeita à saúde, a Senhora Dr.ª Paula Nanita destacou ainda um crescimento da atividade e de receita, no ano, respetivamente de 8% e de 10%, tendo recordado que, desde 2012 e até à presente data, a saúde teve um crescimento muito significativo, com a duplicação da atividade e quadruplicando os utentes e as receitas e que a estratégia de crescimento paulatino da Fundação tinha sido alicerçada no crescimento dos serviços especiais, tendo, no ano de 2023, crescido 27,7% e representando ao termo do ano já 23% do total da receita da saúde e que, no âmbito da atividade de saúde, não se encontravam deteriorados os níveis de satisfação dos utentes, tal como resultará da apresentação a realizar no âmbito do ponto dois da ordem de trabalhos.

Seguidamente e no que respeita ao Plano Estratégico 2025, a Senhora Dr.ª Paula Nanita salientou a importância de se prosseguir com a campanha "Primeiros Anos. A Nossa Prioridade" e com o Protocolo com o Instituto de Segurança Social, tendo informado os presentes que, no âmbito da identificada campanha, a coligação nacional ultrapassava as quarenta e uma entidades, envolvendo mais de duas mil e quinhentas organizações, tendo marcado a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, a Garantia para a Infância, a dinâmica de promoção do Acolhimento Familiar e a orientação educativa das creches, e estando comprometida, a nível europeu, a dar destaque, na execução 2024, à prevenção da violência sobre as crianças. Quanto ao Protocolo com o Instituto de Segurança Social, que foi renovado para o

MPA
1
4
huc.
red

período 2024-2025, a Senhora Dr.ª Paula Nanita referiu que é recomendável que a Fundação procure o alargamento do seu âmbito relativamente ao reforço do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância com impacto na procura de serviços da Fundação na área das terapias e saúde mental infantil.

No que respeita ao Plano Estratégico 2025, a Senhora Dr.ª Paula Nanita destacou ainda que, de acordo com o Plano 2024, a Fundação tem em estudo o desenho de uma Proposta de Valor para Empresas e informou ainda ter sido ponderada uma eventual adesão da Fundação ao GRACE. Seguidamente, a Senhora Dr.ª Paula Nanita informou que a Plataforma de Boas Práticas de Saúde prevista desenvolver no seu Plano Estratégico acabou por surgir no âmbito da recém-criada Sociedade Portuguesa de Literacia da Saúde, pelo que poderá fazer sentido a Fundação associar-se e contribuir no âmbito da sua atividade.

Por fim e a propósito da rubrica "subsídios/donativos", a Senhora Dr.ª Paula Nanita informou os presentes ter sido a única rubrica de receita que, nas contas 2023, ficou aquém do orçamentado uma vez que a verba protocolada com a Semapa, consignada ao desenvolvimento do Processo Clínico Eletrónico, foi diferida em virtude do atraso ocorrido no arranque deste projeto, tendo aproveitado para informar que já estão angariados cerca de cento e setenta mil euros de "subsídios/donativos", para o ano de 2024.

Concluída a intervenção da Senhora Dr.ª Paula Nanita, a Senhora Presidente do Conselho Geral passou novamente a palavra ao Presidente do Conselho Executivo, Senhor Eng.º Jaime Falcão que apresentou os principais aspetos relativos à gestão dos imóveis da Fundação, destacando que em relação ao edifício Amoreiras 19, em 2023, foi possível aumentar em cerca de 50 mil euros as respetivas receitas, por evolução natural dos contratos existentes e renegociação de outros, nomeadamente os contratos respeitantes às salas do centro de escritórios. Relativamente às fracções recentemente adquiridas no imóvel "Primolisboa", o Senhor Eng.º Jaime Falcão lembrou o Conselho Geral do preço de aquisição dos imóveis e informou que o seu valor de avaliação é superior e que, desde o momento da sua aquisição, foi iniciado o trabalho de programação de obras de manutenção e recuperação de um dos espaços - 1.º esquerdo - e que, entretanto, foi renegociada a renda do outro espaço - 3.º direito - arrendado à Empresa TIS.

De acordo com estes dados, o Senhor Eng.º Jaime Falcão apresentou uma simulação do impacto para a Fundação da aquisição dessas fracções, sendo que num cenário limite, em que apenas estas fracções se mantenham arrendadas, as receitas do investimento permitirão pagar cerca de dois terços do crédito hipotecário assumido pela Fundação, sendo que, no cenário normal, em que ambos os espaços estejam arrendados à renda média, que corresponde a um cenário conservador face ao mercado, o Senhor Eng.º Jaime Falcão referiu que as receitas geradas permitirão pagar todo o empréstimo existente e ainda assim gerar receitas adicionais para a Fundação, pelo que, a expectativa é a de que este reforço patrimonial venha a ser um contributo importante para a sustentabilidade da Fundação a longo prazo.

MPA
5
cl
huc
FCQ

Concluída a intervenção do Senhor Eng.º Jaime Falcão, e depois de esclarecidas as questões que foram colocadas no decorrer da mesma, o Relatório de Atividades e os demais documentos de prestação de contas anuais relativos ao exercício findo de 2023 foram submetidos a votação e aprovados por unanimidade.

Seguidamente, foi também deliberado por unanimidade pelos presentes fixar o limiar a que se refere a alínea f) do artigo 13.º dos estatutos da Fundação no indicado valor de duzentos mil euros.

Nada mais havendo a tratar e ninguém mais desejando usar da palavra, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente do Conselho Geral quando eram 12 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado esta ata que segue devidamente assinada.

O CONSELHO GERAL,

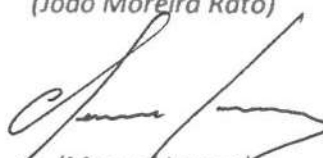
A Presidente,


(Filipa Queiroz Pereira)

Os Vogais,


(Duarte da Cunha)


(João Moreira Rato)


(Manuel Lemos)



ATAS DO CONSELHO GERAL

Maria Posser de Andrade

(Maria Posser de Andrade)

Manuel Oliveira

(Manuel Oliveira)